



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA - UFRB
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS - CAHL
COLEGIADO DE SERVIÇO SOCIAL**

THAÍS DE OLIVEIRA SANTANA

**AVANÇOS E CONTRADIÇÕES COM A MATRICIALIDADE SOCIO
FAMILIAR: UM OLHAR SOBRE AS FAMILÍAS DO POVOADO DO
SINUNGA, DISTRITO DE COQUEIROS DA CIDADE DE
MARAGOJIBE-BA**

CACHOEIRA/BA
2018

THAÍS DE OLIVEIRA SANTANA

**AVANÇOS E CONTRADIÇÕES COM A MATRICIALIDADE SOCIO
FAMILIAR: UM OLHAR SOBRE AS FAMÍLIAS DO POVOADO DO
SINUNGA, DISTRITO DE COQUEIROS DA CIDADE DE
MARAGOJIBE-BA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Colegiado de Serviço Social da Universidade Federal do
Recôncavo da Bahia, como requisito parcial para a
obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof.Dr. Silvio Cesar Oliveira Benevides

CACHOEIRA/BA
2018

THAÍS DE OLIVEIRA SANTANA

**AVANÇOS E CONTRADIÇÕES COM A MATRICIALIDADE SOCIOFAMILIAR: UM
OLHAR SOBRE AS FAMÍLIAS DO POVOADO DO SINUNGA DO DISTRITO DE
COQUEIROS DA CIDADE DE MARAGOJIPE-BA**

Cachoeira – BA, aprovada em 08 de maio de 2018

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Silvio César Oliveira Benevides
(Orientador – UFRB)



Prof. Dr. Edilson Tavares Araújo
(Membro Externo – UFRB)



Prof. Ms Márcia da Silva Clemente
(Membro Interno - UFRB)

Dedico este trabalho a Deus e a minha Família por ter me dado todo o apoio necessário nessa minha trajetória... Vocês são o meu porto seguro!

Agradecimentos

Em primeiro lugar agradeço a Deus, por ter me dado a vida, saúde e condições para enfrentar todas as dificuldades ao longo desses anos, e por ter me permitido chegar até aqui sem Ele eu não teria chegado a lugar algum.

Aos meus pais queridos, responsáveis pela pessoa que sou hoje agradeço todo o amor, carinho, dedicado a mim a vida inteira, e por terem me incentivado e não deixando desanimar nas horas difíceis !

A minha avó Dalva por ter cuidado de mim e ter sonhado esse sonho comigo!

Aos meus irmãos pelo carinho.

Aos Mestres que contribuíram para a minha formação, em especial ao meu Orientador professor Silvio Benevides.

A minha banca: Professora Márcia Clemente e professor Edgilson Tavares, por dividirem conhecimentos e por aceitarem fazer parte desse momento muito obrigada !

As famílias do Povoado do Sinunga, por ter colaborado com a minha pesquisa e terem me recebido tão bem.

A todos que contribuíram direta ou indiretamente na construção dessa monografia, meu sincero agradecimento!

“(…)

Não é sobre chegar

No topo do mundo e saber que venceu

É sobre escalar e sentir que o caminho te fortaleceu

É sobre ser abrigo

E também ter morada em outros corações

E assim ter amigos contigo em todas as situações

A gente não pode ter tudo

Qual seria a graça do mundo se fosse assim?

Por isso eu prefiro sorrisos

E os presentes que a vida trouxe pra perto de mim” (…)

(Música: Trem Bala, Ana Vilela)

Resumo

O presente trabalho propõe discutir as contradições e avanços ocorridos no sistema de proteção social brasileiro ao ser colocada a família como centro das políticas sociais. Para tanto, fez-se uma explanação sobre o conceito de família e como esta foi se modificando e se adaptando às transformações societárias, fez-se uma análise do serviço social e os primeiros trabalhos com famílias, bem como o papel atribuído à família _ como protetora e protegida – no sistema de proteção social brasileiro a partir de 1930 até os dias atuais. Fez-se uma análise da trajetória da política de assistência social no Brasil, destacando as principais instituições e as diversas Constituições que foram surgindo, entre elas a Constituição Federal de 1988, ampliando a extensão dos direitos sociais e colocando a família no centro das políticas sociais em especial a de Assistência Social, que passa a ser considerada política pública integrando a Seguridade Social junto com a Previdência Social e a Saúde. Com a Aprovação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) a assistência social adentra em um campo novo de direitos, “da universalização” e de responsabilidade estatal. A partir da PNAS a centralidade na família foi se consolidando e a matricialidade sociofamiliar foi eleita eixo estruturante que articula todas as políticas públicas, porém permeada por avanços e retrocessos. Com a pesquisa de campo no Povoado do Sinunga na zona rural do Distrito de Coqueiros Maragogipe, foram analisados os perfis socioeconômicos das famílias pesquisadas percebendo o alcance ou não das políticas sociais para essas famílias. As análises realizadas permitiram comparações com as contradições que giram em torno da matricialidade sociofamiliar. Os resultados sinalizam para a necessidade de mais recursos e ofertas de serviços públicos voltados especialmente às famílias que as fortaleçam lhes dando sustentabilidade e suprimindo suas carências e deficiências econômicas e sociais que em virtude da falta ou pouca abrangência dos serviços socioassistenciais essas famílias vem demonstrando dificuldades para desempenhar os papéis a elas atribuídos.

Palavras-chave: Família. Política Nacional de Assistência Social. Matricialidade sociofamiliar.

Abstract:

The present work proposes to discuss the contradictions and advances that have occurred in the Brazilian social protection system when the family is placed as the center of social policies. For this, an explanation was made about the concept of family and how it was modified and adapted to the societal transformations, an analysis of the social service and the first works with families, as well as the role attributed to the family - like protective and protected - in the Brazilian social protection system from 1930 to the present day. An analysis was made of the trajectory of social assistance policy in Brazil, highlighting the main institutions and the various Constitutions that have emerged, among them the Federal Constitution of 1988, extending the extension of social rights and placing the family at the center of social policies in particular Social Assistance, which is now considered a public policy integrating Social Security together with Social Security and Health. With the approval of the Organic Law of Social Assistance (LOAS), social assistance enters a new field of rights, "Universalization" and state responsibility. From the PNAS, the centrality in the family was consolidated and the socio-family Matriciality was elected structuring axis that articulates all public policies, but permeated by advances and setbacks. With the field research in the village of Sinunga in the rural area of coconut trees district Maragogipe, we analyzed the socioeconomic profiles of the families surveyed perceiving the reach or not of the social policies for these families. The analyzes made possible comparisons with the contradictions that revolve around socio-familial Matricity. The results point to the need for more resources and public service offerings especially directed at the families that strengthen them by giving them sustainability and supplying their economic and social needs and deficiencies that due to the lack o fewr of coverage of these services they have been showing difficulties to perform.

Keywords: Family. National Policy on Social Assistance. Sociofamilial matriciality

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO1- IDADE

GRÁFICO 2-SEXO

GRÁFICO 3-QUANTIDADE DE MEMBROS NA FAMILIA

GRÁFICO 4-ESCOLARIDADE

GRÁFICO 5- TRABALHA ATUALMENTE

GRÁFICO 6- BENEFICIARIOS DE PROGRAMAS SOCIAIS

GRAFICO 7- SUA FAMILIA RESIDE EM IMOVEL

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACS- Agente Comunitário de Saúde

ADI- Ação Direta de Inconstitucionalidade

ADPF- Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental

BPC - Benefício de Prestação Continuada

CEAS- Centro de Estatuto e Ação Social

CF – Constituição Federal

CLT- Consolidação das Leis Trabalhistas

CRAS- Centros de Referência da Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializado em Assistência Social

ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INSS- Instituto Nacional do Seguro Social

LBA - Legião Brasileira de Assistência

LOAS- Lei Orgânica de Assistência Social

NOB - Norma Operacional Básica

PAIF- Proteção e Atenção Integral à Família

PBF- Programa Bolsa Família

PNAS- Política Nacional de Assistência Social

SAPS - Serviço de Alimentação de Previdência Social

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SESI - Serviço Social da Indústria

STF- Supremo Tribunal Federal

SUAS- Sistema Único de Assistência Social

SUS- Sistema Único de Saúde

TFD- Tratamento Fora do Domicílio

SUMARIO

INTRODUÇÃO	12
CAPITULO I-REFLEXÃO SOBRE A FAMÍLIA.....	16
1.1 Os diversos conceitos de família e suas adaptações ao longo do tempo	16
1.2 A família como ela é: as diversas configurações familiares.....	18
1.3 O Serviço Social e o trabalhos com famílias.....	21
CAPITULO II- UM POUCO DA TRAJETÓRIA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL.....	26
2.1 A família e o sistema de proteção social brasileiro: um caminho de mudanças percorrido	26
2.2 A regulamentação da Política de Assistência Social no Brasil: a Constituição Federal de 1988 e a Aprovação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS).....	28
2.3 A Política Nacional de Assistência Social, o SUAS e os avanços obtidos com sua implementação	33
2.4 A Matricialidade sóciofamiliar: A família no centro das políticas sociais entre avanços e contradições.....	37
CAPITULO III- A PESQUISA DE CAMPO: O PERCURSO METODOLÓGICO E A REALIDADE DAS FAMILIAS PESQUISADAS	41
3.1 O Percurso metodológico da pesquisa.....	41
3.2 O povoado do Sinunga na zona rural do Distrito de Coqueiros-Maragojipe/BA.....	44
3.3 Conhecendo a realidade das famílias do povoado do Sinunga através das entrevistas: A vida como ela é	47
3.4 Reflexões sobre os resultados obtidos com as entrevistas realizadas.....	55
5 . CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
REFERENCIAS	64
ANEXO.....	67

INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso tem como objeto de pesquisa as famílias do Povoado do Sinunga, Distrito de Coqueiros da cidade de Maragogipe-Ba, tem como objetivo geral, conhecer o perfil sócio econômico e a realidade das famílias do Povoado do Sinunga, percebendo ou não o alcance das políticas socioassistenciais para essas famílias; e como objetivos específicos, caracterizar os diversos tipos e arranjos familiares e suas modificações e adaptações ao longo do tempo; contextualizar historicamente a Política de Assistência Social no Brasil até configurar-se como política pública, analisar os avanços e contradições com a Matricialidade sociofamiliar.

A escolha pela pesquisa no povoado do Sinunga se justifica por já ter visitado aquela comunidade a trabalho, por residirem no mesmo Município que resido e saber que tão próximo, existem famílias que passam por diversas dificuldades e precariedades que as tornam vulneráveis e as colocam tão distante da realidade do Município. Assim veio a inquietação de pesquisar e conhecer melhor a realidade das famílias e realizar o meu trabalho.

Para alcançar os objetivos estabelecidos este trabalho foi construído através da pesquisa qualitativa e quantitativa. Em relação aos recursos metodológicos adotados foram realizadas pesquisas bibliográficas nos seguintes autores: Andrade (2011/2014), Behring e Boschetti (2011), Castro (2009), Couto, Yasbek, Raichelis (2012), Engels, Ferreira (2010), Houaiss (2004), Iamamoto e Carvalho (2011), Jaccoud (2009), Marconi (2007), Mota (2010), Miotto (2004), Paim (2004), Pereira (2010), Prodanov (2013), Santos (2006), Simões (2014), Soares (2012), Teixeira (2009/2010), Yazbek e documentais nas legislações e normativas: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Código de ética do/a assistente social Lei 8.662/93, CapacitaSuas (volume 1 2008), Loas anotada – Lei Orgânica de Assistência Social(2009), Orientações técnicas:centro de referencia de Assistência Social- CRAS (2009), NOB/SUAS – Normal Operacional Básico do Sistema Único da Assistência Social (2012), Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais de 2009.Foram consultadas informações junto ao sítio eletrônico de blogs de Maragogipe, portal de notícias g1, fontes como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e consultas a documentos na Unidade de Saúde da Família de Coqueiros, como, as fichas cadastrais de pacientes. Outra metodologia utilizada foi a pesquisa de campo na qual foram realizadas entrevistas com os responsáveis pelas famílias visitadas do Povoado do Sinunga.

A Assistência Social no Brasil por muito tempo foi marcada pela caridade, pelo clientelismo, pela filantropia, pelo assistencialismo, não se configurando como uma política pública e sim como ações solidárias. Essas ações de cunho assistencialista tinham a Igreja Católica como base e se manifestavam através de ações emergenciais voltadas a grupos focalizados em situações específicas.

Até a década de 1980, o Brasil foi marcado pela ausência de políticas que priorizassem a família como uma totalidade, já que essa família ocupava lugar secundário no sistema.

Com a Constituição Federal de 1988 ocorreu uma reestruturação do sistema de proteção social, os direitos sociais foram ampliados e a família é colocada no centro das políticas sociais, sobretudo de Assistência Social, que passa a ser política pública.

Devido as condições de vulnerabilidade de muitas famílias, a matricialidade sociofamiliar passa a ter centralidade no SUAS (Sistema Único de Assistência Social). Contudo, apesar da matricialidade sociofamiliar ter colocado a família no centro das políticas de Assistência Social, apresentando avanços é também cercada por contradições,

A matricialidade sociofamiliar trás uma nova postura para a política social buscando romper com a fragmentação dos serviços, tendo não mais o indivíduo, e sim a família como centro de suas ações. Porém, há contradições em torno de tais políticas quando o Estado coloca responsabilidades que são de natureza pública para o universo privado, a família, exigindo que ela cumpra suas funções de proteção social sem levar em consideração o contexto social muitas vezes precário que se encontra e que a família antes de tudo precisa ser protegida e cuidada.

As análises realizadas permitiram comparações com as contradições que giram em torno da Matricialidade sociofamiliar e com aspectos citados ao longo do trabalho.

O primeiro capítulo apresenta uma reflexão teórica e tem como finalidade abordar sobre os diversos conceitos de família e as modificações e adaptações sofridas ao longo do tempo, as novas configurações familiares e o serviço social e o trabalho com famílias.

No segundo capítulo, aborda-se um pouco da trajetória da política de assistência social no Brasil, onde se contextualiza sobre a família e o sistema de proteção social brasileiro, o papel desta na trajetória do sistema de proteção social brasileiro e as mudanças ocorridas desde a década de 1930 até os dias atuais. A seguir pretende-se explanar sobre a

Política de Assistência social no Brasil, sua trajetória, os principais acontecimentos ligados a essa trajetória, como as diversas Constituições promulgadas, a criação de diversas instituições que provocaram avanços na trajetória da Política de Assistência, até a Constituição Federal de 1988 e a Aprovação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS).

No capítulo seguinte, a Política Nacional de Assistência Social, o SUAS e os avanços obtidos com sua implementação, aborda-se sobre os avanços ocorridos após a aprovação da PNAS, o lugar da família nessa política e a regulamentação dois anos após com a implementação da LOAS. Serão citados os objetivos e a população usuária da política Nacional de Assistência Social, os tipos de proteção social que fazem parte da política de Assistência, como a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial, (de média e alta complexidade), bem como as Unidades de atendimento dos usuários denominados CRAS E CREAS.

Posteriormente enfoca-se a matricialidade sociofamiliar enquanto eixo que articula diversas políticas públicas, mas que também ao colocar essa centralidade na família, muitas vezes, acaba reduzindo a responsabilidade do Estado e a acentua sobre a família, além disso, pontua-se que mesmo com o entendimento dos novos arranjos de família ainda persistem abordagens conservadoras no trabalho profissional.

O terceiro capítulo trata do percurso metodológico da pesquisa, os instrumentos utilizados, a ida a campo, as dificuldades encontradas no caminho da pesquisa, a apresentação da coleta dos dados e os resultados da pesquisa. As informações obtidas na pesquisa foram colhidas por meio de entrevistas com os responsáveis pelas famílias do povoado para assim traçar os perfis dessas famílias e, posteriormente, fazer apontamentos e comparações com o tema principal.

No início pensei em aplicar questionários para recolher posteriormente, mas como a maioria dos responsáveis pelas famílias não sabem ler e escrever ou sabem bem pouco, como os mesmos afirmaram, optei mudar para entrevistas padronizadas ou estruturadas com as perguntas elaboradas nos questionários.

Assim, as entrevistas foram realizadas através de questionários semiestruturados com 24 perguntas objetivas e de múltipla escolha abertas e fechadas, pelas quais foram obtidas as informações desejadas (vide anexo nº1). Foram visitadas 11 famílias das 23 que residem no povoado e seus responsáveis foram os entrevistados. As famílias foram visitadas seguindo um critério de proximidade, pois, como o acesso ao local é difícil as entrevistas feitas com

famílias que morassem mais próximas uma da outra ganharia tempo, facilitaria o meu retorno e as que não encontrei moradores em casa pude deixar recado com o vizinho para que avisasse da minha volta em outra data. A princípio seriam entrevistados 12 responsáveis pelas famílias, mas no último dia de entrevista marcada não encontrei moradores em uma das casas, pois, teriam viajado e retornei sem conseguir entrevistar.

Para chegar ao povoado do Sinunga, houve inúmeras dificuldades, pois o povoado fica distante, necessita de transporte o qual consegui com recursos próprios. O acesso em alguns trechos é difícil. Em dias chuvosos as visitas tiveram que ser adiadas, pois, a estrada não tem pavimentação e o carro poderia ter dificuldade para prosseguir em certos pontos do trajeto e não conseguir chegar ao destino. As visitas para realização das entrevistas foram feitas em três dias, dia 11 de agosto de 2017, 29 de agosto de 2017, a que seria realizada no dia 6 de setembro foi adiada, pois chovia muito e não seria possível chegar. A terceira visita ao povoado foi, então, remarcada e realizada dia 4 de outubro de 2017.

As famílias moram em casas muito afastadas uma das outras e com isso as entrevistas eram realizadas durante toda a manhã, e encerradas a tarde por volta das 13 horas, quando eu retornava. Houve dificuldades, também, em encontrar as pessoas em casa. Muitos estavam trabalhando na roça, outras saíram para pegar água, lavar roupas e, com isso, os atrasos foram inevitáveis. Enfim, existiram muitos desencontros mesmo os entrevistados tendo sido avisados do dia das entrevistas e estas agendadas previamente.

Os entrevistados foram muito receptivos, me convidando logo para entrar em suas casas e demonstrando interesse em colaborar com minha pesquisa.

Com a realização das entrevistas, obtive resultados que foram analisados e alguns foram demonstrados através de gráficos, relacionando e comparando com outras situações apresentadas ao longo do trabalho. Alguns trechos das falas dos entrevistados foram transcritos retratando a realidade pesquisada e dando maior ênfase ao trabalho.

Neste escopo foi completada esta seção com a análise geral dos resultados das entrevistas e dos avanços e contradições que permeiam a matricialidade sociofamiliar, e em seguida as considerações finais.

CAPITULO I-REFLEXÃO SOBRE A FAMÍLIA

A finalidade desse capítulo é apresentar os diversos conceitos de família e as modificações e adaptações sofridas ao longo do tempo. Em seguida abordarei as configurações familiares entre elas, a mulher chefiando a família, não mais só responsável pelos cuidados no seio familiar, mas, como provedora do sustento dos seus membros; famílias homoafetivas, formadas por pessoas do mesmo sexo; entre outros arranjos que serão citados neste trabalho. Enfatiza-se as diferentes configurações familiares que têm mudado tanto em relação a vida familiar bem como o reflexo dessas mudanças na sociedade .

1.1 Os diversos conceitos de família e suas adaptações ao longo do tempo

De acordo com o dicionário Houaiss - família é um “grupo de pessoas, formado especialmente por pai, mãe e filho(s), que vivem sobre o mesmo teto; grupo de pessoas ligadas entre si pelo casamento ou qualquer parentesco, grupo de pessoas unidas por crenças, interesses ou origem comum [...]” (HOUAISS, 2004, p.332). Estes conceitos são os que mais se aproximam do conceito de família presente na PNAS, (Política Nacional de Assistência Social), na qual a família é conceituada como “um conjunto de pessoas que se acham unidas por laços consanguíneos, afetivos e/ou de solidariedade” (PNAS, 2004, p.44).

Contudo, podemos observar que assim como a sociedade muda, muda-se também o conceito de família e a relação entre seus membros e desta com a sociedade. No livro “A origem da família, da propriedade privada e do Estado,” Engels (1884, p.30) cita a pesquisa de Morgan na qual “a família é o elemento ativo; nunca permanece estacionária, mas passa de uma forma inferior a uma forma superior, à medida que a sociedade evolui de um grau mais baixo para outro mais elevado”. Neste mesmo trabalho, o autor caracteriza alguns tipos de famílias em sua origem primitiva, tais como: a família consanguínea; a família punaluna; a família sindiásmica etc¹.

Na sociedade pré-capitalista, na qual havia uma predominância da economia agrária, (economia ligada à plantação e criação de gado) imperava o conceito de família patriarcal (a que tem o pai como chefe da família) e as relações de parentesco (aqui podendo ser formas

¹ 1. Ver maiores esclarecimentos sobre o tema em “A origem da família, da propriedade privada e do Estado”, de Engels (1884).

fictícias como apadrinhamento, criando vínculos de afetividade e solidariedade) eram fundamentais para a distribuição do trabalho nas fazendas².

O conceito de família foi sendo ampliado ao longo do tempo, visto que a sociedade capitalista revolucionou até mesmo a estrutura familiar. Em outras palavras, com o desenvolvimento do capitalismo, a relação de parentesco foi se desligando nas relações de produção agrícola.

O conceito conservador de família atribuiu-lhe um caráter padrão, a chamada família nuclear/conjugal (formada por pai, mãe e filhos), na qual o pai é visto como o provedor, ou seja, aquele que sai para trabalhar para garantir o sustento da mulher e dos filhos e a mãe como cuidadora e educadora, definindo, assim, os papéis sociais e a divisão sexual do trabalho. Neste sentido, reforça a dependência da mulher em relação ao marido, que centraliza todas as decisões referentes à família. Nessa noção de família, a mulher é submissa, cabendo a ela as tarefas domésticas, o cuidado com os filhos, a casa e o marido. Desta forma, pode-se perceber que a mulher tinha muitas responsabilidades, porém sem nenhuma valorização.

Este conceito de família nuclear era mais ligado à família burguesa e a família de trabalhadores empregados no setor formal, pois “a unidade familiar favorecia a harmonia social e política e a adaptação do trabalhador ao mundo do trabalho” (TEIXEIRA, 2010, p.537). As famílias não pertencentes a este padrão, ou seja, as famílias pobres que não se adequavam a este conceito eram vistas como família irregular ou famílias desestruturadas, e culpabilizada, isto é, todos os problemas que afetavam seus membros (especialmente as crianças, adolescentes e jovens) como a marginalização, a drogadição, o trabalho infantil etc., eram vistos como de sua inteira responsabilidade, como se o Estado e a sociedade não contribuíssem para o agravamento dessas manifestações da questão social. Infelizmente, esta visão ainda não foi completamente extinta, o que será observado mais adiante.

Embora este conceito de família nuclear/conjugal ainda exista, houve mudanças significativas, principalmente em relação aos papéis sociais e, também, com o surgimento de novos arranjos familiares. Além da família natural ou biológica/consanguínea (família nuclear) citada anteriormente, há a família reconstituída (modelo em que se tem por base uma nova união, ou seja, pai separado com filho casa-se com uma mulher que também já tem um filho), a substituta ou adotiva (aquela em que é colocada a criança ou o adolescente por meio da guarda, tutela ou adoção), a monoparental (a da mãe ou o pai – um sem o outro – com seus

² Ver mais sobre este assunto em: SIMÕES, Carlos. Curso de Direito do Serviço Social, 2014.

filhos), a homoafetiva (constituída por pessoas do mesmo sexo, que se vinculam por laços de afetividade, de maneira pública, duradoura e contínua), a extensa ou ampliada (de acordo com o artigo 25 do Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA, parágrafo único – é “aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou o adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade”), dentre outras³.

1.2 A família como ela é: as diversas configurações familiares

Os termos família, familiares e parentesco são geralmente utilizados para se referir a parentes próximos. Algumas vezes o termo família pretende se referir a parentes muito próximos, a família conjugal, mas também pode ser empregado para se referir a parentes que vão além de pais e filhos nos limites do lar, para abranger um conjunto muito maior de parentes. De acordo com Santos (2006):

Tanto o termo de parentesco como o de Família, para além de na maioria das vezes se confundirem, tem vários sentidos e são pouco precisos no uso corrente da língua. Acontece ser o termo parentesco utilizado para falar indiferentemente dos nossos parentes muito próximos, como os pais etc. ou referir também o conjunto dos parentes muito afastados e inclusivamente os ancestrais não contemporâneos do locutor (como bisavós, falecidos, trisavós). Do mesmo modo, a mera utilização do termo família, sem outra precisão, não informa imediatamente e com precisão quem são os indivíduos incluídos nesta categoria. É de referir também que não existe uma estreita correspondência entre o uso comum dos referidos termos da nossa língua e o sentido que lhes atribuem os antropólogos nas suas análises. (SANTOS, 2006).

Com as mudanças ocorridas na sociedade, aconteceram também, mudanças nos formatos da família, o que significa que houve a transformação de certos valores, por exemplo: a sociedade passa a ser mais tolerante com as uniões informais, novas adaptações nos papéis dos integrantes da família, a inserção da mulher no mercado de trabalho, mudança que abriu um leque de possibilidades, em especial na vida da mulher, afastando-lhe muitas vezes do estado de subalternização e dependência em que vivia para um estado de emancipação na qual ela se apresenta como modelo de superação. Como consequência dessa mudança, houve um aumento de famílias chefiadas por mulheres. Com isso, homens e mulheres podem exercer o mesmo papel, chefiar suas famílias e lutar pelo sustento dos seus membros.

Há, ainda, uma mudança na constituição familiar com a inserção dos avós no papel de cuidador dos netos, e responsáveis pela educação deles, os avós são responsáveis também

³ Este assunto é abordado em SIMÕES, idem. e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

pelo cuidado com a casa, as tarefas domésticas, bem como na parte financeira, ajudando no sustento e manutenção da casa e podem até assumir a criação dos netos sozinhos, quando a relação familiar do filho ou filha se acaba. Assim, de acordo com a PNAS:

[...] é preponderante retomar que as novas feições da família estão intrínseca e dialeticamente condicionadas às transformações societárias contemporâneas, ou seja, as transformações econômicas e sociais, de hábitos e costumes e ao avanço da ciência e da tecnologia (PNAS, 2004, p. 44).

Em relação às uniões informais, merece destacar as famílias homoafetivas, constituídas por pessoas do mesmo sexo permeadas por laços afetivos; embora exista muito preconceito da população em torno dessa união muitas vezes não reconhecendo como família, os avanços que essas famílias vêm conquistando têm valores significativos, com destaque para a união estável e sua conversão em casamento bem como o direito à adoção. Embora a constituição Federal reconheça apenas a união estável entre homens e mulheres, há que se destacar que avanços ocorreram e que o Supremo Tribunal Federal teve suma importância no direito dos homoafetivos, considerando a união destes como unidade familiar em 05 de maio de 2011, quando julgou ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) 4.277 e ADPF 132(Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental) de relatoria do Ministro Ayres Britto⁴. Nessa mesma votação vale ressaltar o discurso do então Ministro Luiz Fux na votação ADI 4.277/DF, onde ele declara:

O que faz uma família é, sobretudo, o amor – não a mera afeição entre os indivíduos, mas o verdadeiro amor familiar, que estabelece relações de afeto, assistência e suporte recíprocos entre os integrantes do grupo. O que faz uma família é a comunhão, a existência de um projeto coletivo, permanente e duradouro de vida em comum. O que faz uma família é a identidade, a certeza de seus integrantes quanto à existência de um vínculo inquebrantável que os une e que os identifica uns perante os outros e cada um deles perante a sociedade. Presentes esses três requisitos, tem-se uma família, incidindo, com isso, a respectiva proteção constitucional.

Nota-se que independente de como é composta a família o que realmente a faz ser uma família são os laços afetivos que a cercam e, assim, permitirá alcançar a proteção constitucional.

Outro tipo de arranjo familiar que merece destaque e que tem seu reconhecimento ainda mais marcado pela intolerância e preconceito perante a sociedade é a família poliafetiva, que se configura na relação afetiva entre três ou mais pessoas, sejam elas homossexuais ou heterossexuais, podem se relacionar sexualmente ou ainda ser apenas um envolvimento afetivo entre eles. Nesse tipo de família há poucos avanços jurisprudenciais,

⁴ Ver texto completo em Supremo Tribunal Federal,ADI Nº 4277/DF, relator Min. Ayres Britto, data de julgamento 05/05/2011. Disponível em: [HTTP://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=62865](http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=62865).

porém, em 2012, em São Paulo mais precisamente no Município de Tupã, foi lavrada a primeira escritura pública de união poliafetiva. Foi uma grande conquista, uma vez que esse tipo de união é tão discriminado e rodeado de preconceitos. O acontecimento em Tupã logo virou notícia, como destacou o portal de notícias G1:” Um homem e duas mulheres, que já viviam juntos na mesma casa há três anos, oficializaram a união em um cartório de notas de Tupã, SP. A união dos três foi oficializada por meio de uma escritura pública de União Poliafetiva.[...]”

Ainda em destaque no portal de notícias G1, segundo a tabeliã que fez o registro, Cláudia do Nascimento Domingues, “A declaração é uma forma de garantir os direitos de família entre eles. Como eles não são casados, mas, vivem juntos, portanto, existe uma união estável, onde são estabelecidas regras para estrutura familiar”.

Contudo, novas uniões como esta aconteceram, mas ainda há um grande debate quando o assunto é união poliafetiva, sejam eles contrários ou a favor muitas vezes cercada de retrocessos.

Assim, as “novas” famílias surgem no cenário constituídas de direitos e plena de afinidade e afetividade independente dos seus arranjos e configurações ou de como é vista pela sociedade. Ainda sobre esses diversos arranjos familiares de acordo com (Mello, 2005) Uziel, (2002 e 2004), Saraceno e Naldini 2003, Di Marco (2005) *apud* - Soares, (2012 p.31-33), as “novas” famílias podem assim se organizar:

1-Nuclear ou conjugal: o que resulta nas famílias compostas por um homem, mulher e filhos coabitando o mesmo espaço. Nas nucleares permitem-se haver as duas gerações com filhos biológicos; II- Monoparental ou monuclear: formadas somando o elencar de famílias por apenas um dos genitores (pai ou mãe e filho/filha. Essas famílias resultam de uma variação da estrutura moderna devido a fenômenos sociais como o divórcio, óbito, abandono do lar, produção independente, graças aos avanços das tecnologias reprodutivas, etc. III- Extensas ou compostas por agregados domésticos: nessas famílias encontram-se três a quatro gerações; IV- Adotiva: que partem do princípio da adoção de uma criança ou adolescente em que, em uma família não biológica, passa a ter os mesmos direitos e deveres de filhos consanguíneos; V- De casais sem filhos: um projeto pessoal de não ter filhos por diversos processos de cunho restrito a projeto de vida do casal; VI- Homoafetiva ou Homoparental: as famílias constituídas por pares do mesmo sexo e seus filhos, onde um adulto do casal assuma uma orientação sexual diferente da heterossexual; VII- Reconstituída: famílias formadas após o processo de divórcio; VIII- Estendida: famílias que estenderem os laços familiares aos amigos, vizinhos, afilhados. são varias pessoas vivendo juntas, sem laços de parentesco, mas, com forte compromisso mútuo. Essa conformação família é dada como meio de sobrevivência econômica e relacional da própria família e; IX- Unipessoal ou Uniparental: famílias constituídas pelas pessoas que vivem sozinhas com idades jovens ou então, pessoas idosas em decorrência do aumento da expectativa de vida;”

Como se pode perceber, o modelo patriarcal visto como o modelo único de família ideal vem dando espaço a outros arranjos, e superando a ideia de família “normal,” isso é,

aquela com base família nuclear e conjugal, em que os papéis de seus membros são constituídos, com base em rígidas distinções de gênero.

O que se percebe nas feições familiares contemporâneas é a sua organização e as relações que as constituem nas mudanças ocorridas ao longo da história, na convivência e relações entre os seus membros, em seu interior, bem como na sua relação com o coletivo. A família reflete bem as mudanças que ocorrem na sociedade. Todas estas transformações pelas quais vem passando são reflexos das alterações e dos diferentes valores e diferentes culturas nas quais essas famílias estão inseridas.

Percebe-se que os diversos arranjos em que a família se apresenta são resultados da própria história e realidade que experimenta no seu cotidiano seja no aspecto econômico, social, religioso, cultural e que podem transformá-la. Sendo assim, vale reconhecer que a família vai muito além que um único modelo pré-estabelecido ela vem mudando constantemente.

Diante do exposto percebe-se que é errônea a ideia de que a família se configurava como uma instituição que não poderia ser dissolvida e que não sofreria mudanças em sua estrutura, que estaria sempre disposta e em condição de cuidar dos seus membros sem nenhuma restrição, ao contrario, fica evidente que a família requer cuidados e um olhar mais amplo em vista das grandes mudanças pela qual vem passando.

1.3 O Serviço Social e o trabalhos com famílias

As assistentes trazem uma relação do trabalho social com famílias desde o início da profissão, desde as protoformas do serviço social que a família é um sujeito privilegiado da ação profissional.

A origem do Serviço Social no Brasil está intimamente ligado ao movimento social que a Igreja Católica implantou no período de transformações pelas quais passou a sociedade brasileira, como em sua economia, que era agrário-exportadora para uma economia crescente na área industrial. Essa transformação fez com que a população rural buscasse nas cidades trabalho e melhores condições de vida, e era no interior das industrias que eles encontraram trabalho, mesmo que isso os levasse a condições extremas no trabalho e nas casas onde se abrigavam. Desprovido de todo e qualquer direito trabalhista, o qual inexistia naquele momento, o operário e sua família, para sobreviver detinha apenas uma mercadoria a qual

negociava todos os dias que era a sua força de trabalho. Nesse período a ligação da Igreja Católica era tamanha que era constante a presença de religiosos no interior das indústrias onde existiam capelas nas quais trabalhadores assistiam a missas e outras liturgias, compulsoriamente.

Inicialmente, ações assistencialistas apresentavam-se de maneira focalizada em ajudar a determinada demanda que surgia junto com as transformações ocorridas, uma população fragilizada e que vivia a margem da sociedade. Nesse período houve muita influência europeia e norte-americana nas ações dos profissionais.

A exploração econômica que o sistema capitalista impôs aos proletários fizeram surgir várias “expressões da questão social”, pobreza, violência, doenças, que vieram atingir o proletariado e suas famílias . A população foi se aglomerando em locais impróprios sob instalações precárias, faltavam água, luz, esgoto, e com isso surgiam problemas devido ao local insalubre em que viviam esses trabalhadores e suas famílias com baixos salários obtidos do trabalho nas indústrias, que era insuficiente e mal dava para sustentar suas famílias. Como afirma Iamamoto e Carvalho(2011,p.137)

[...] O poder aquisitivo dos salários é de tal forma ínfimo que para uma família média, mesmo com o trabalho extenuante da maioria de seus membros, a renda obtida fica em nível insuficiente para a subsistência. O preço da força de trabalho será constantemente pressionado para baixo daquele nível pela progressiva constituição de um relativamente amplo exército industrial de reserva. A pressão salarial força a entrada no mercado de trabalho das mulheres e das crianças de ambos os sexos em idade extremamente prematura, o que funciona também como mecanismo de reforço ao rebaixamento salarial [...]

As condições de moradia do proletariado, as más condições sanitárias com as quais conviviam a família operária e suas consequências levaram a iniciativas para melhorar essas condições; campanhas em prol da “casa operária” foram feitas através de fundações e campanhas “que objetivavam sensibilizar o Estado e setores empresariais para a aplicação da copiosa legislação específica existente a respeito [...]”. (IAMAMOTO E CARVALHO, 2011, p.218) Para que mudanças acontecessem em prol da melhoria de vida dessas famílias seria necessária uma mudança não só no plano material dando moradias dignas, condições sanitárias adequadas, muito mais que isso seria necessário uma mudança na educação, mostrando-lhes o que realmente seria necessário para o seu bem estar e de sua família, mostrar primeiro a importância de se ter uma habitação digna para que elas pudessem usufruir com consciência.

A crescente procura do trabalhador rural por oportunidades na cidade fez com que o Estado criasse estratégias como instituições visando organizar e disciplinar esses

trabalhadores, onde o Serviço social e assistentes sociais tiveram papel fundamental nesse contexto. Como destaca Iamamoto e Carvalho (2009, P.176-177),

O surgimento dessas Instituições se dá dentro da primeira fase do movimento de reação católica, da divulgação do pensamento social da Igreja e da formação das bases organizacionais e doutrinárias do apostolado laico. Tem em vista não o socorro aos indigentes, mas, já dentro de uma perspectiva embrionária de assistência preventiva, de apostolado social, atender e atenuar determinadas sequelas do desenvolvimento capitalista, principalmente no que se refere a menores e mulheres.

A princípio o profissional do serviço social aparece, revestido de princípios da Igreja Católica, que desde o início se envolveu e buscou contribuir para que a profissão ganhasse força e expressão, com finalidade de gerar ações benévolas, e a organização da caridade. A família se torna principal sujeito de atuação dos profissionais, do serviço social. Segundo Iamamoto e Carvalho (2011 p.224)

O projeto teórico- e as práticas incipientes desenvolvidas- dos Assistentes Sociais orienta- se para a intervenção na reprodução material do proletariado e para sua reprodução enquanto classe. O centro de suas preocupações é a família, base da reprodução material e ideológica da força de trabalho.

O primeiro núcleo de assistentes sociais é composto por “moças e senhoras da sociedade, isto é, pertencentes aos setores abastados da sociedade; ter como um ponto comum alguma forma de militância nos meios católicos” (IAMAMOTO, CARVALHO, 2009 p. 216).

Surgem, assim, as primeiras Instituições assistenciais com participação do Estado, desempenhando funções políticas, sociais e econômicas visando organizar a classe operária que desde então vinha reivindicando uma série de medidas para melhorar suas condições de trabalho e de vida.

Na década de 1920 algumas instituições assistenciais surgem de maneira diferenciada das atividades voltadas a caridade, são a Associação das Senhoras Brasileiras (1920), no Rio de Janeiro, e a Ligas das Senhoras Católicas (1923), em São Paulo.

Em 1932 o Centro de Estatuto e Ação Social de São Paulo (CEAS), é fundado e apresenta como objetivo central :

Promover a formação de seus membros pelo estudo da doutrina social da Igreja e fundamentar sua ação nessa formação doutrinária e no conhecimento aprofundado dos problemas sociais, visando tornar mais eficiente a atuação das trabalhadoras sociais e adotar uma orientação definida em relação aos problemas a resolver, favorecendo a coordenação de esforços dispersos nas diferentes atividades e obras de caráter social (IAMAMOTO e CARVALHO, 2009, p 169).

Vale destacar que o CEAS foi o fundador da primeira escola de serviço social em São Paulo, em 1936, primeira no Brasil.

Em 1935, foi criado o Departamento de assistência social do Estado, (Lei número 2.497, de 24/12/1935.

Em 1938 foi organizada a Seção de Assistência Social, que teve por finalidade “realizar o conjunto de trabalhos necessários o reajustamento de certos indivíduos ou grupos as condições normais de vida” [...] (IAMAMOTO, CARVALHO, 2009, P.175)

Uma das primeiras iniciativas em que o serviço social atua diretamente com famílias surgiu com os centros Familiares organizados pelo CEAS a partir de convênio com o Departamento de serviço Social do Estado em 1940 nos bairros operários. Aliás, o público alvo das primeiras assistentes sociais se constituiu de famílias operárias, em especial mulheres e crianças. Sua prática era voltada para a organização da assistência, para a educação e pesquisa popular.

Outras instituições foram surgindo como a LBA (Legião Brasileira de Assistência) que tinha como objetivo inicial a assistência às famílias dos soldados que foram convocados para a II Guerra Mundial e, posteriormente, passa a abranger quase as demais áreas de assistência social. Vale ressaltar que a LBA, contribuiu muito para a implantação do Serviço Social No Brasil.

Em 1942 é criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) que vem organizar e administrar escolas de aprendizagem para industriários em todo o país. Foi uma das primeiras instituições a incluir o serviço social no seu quadro técnico.

O SESI (Serviço Social da Indústria), em 1946, no pós- guerra, surge pelo decreto- lei nº9. 403 de 25-6-1946, e tem entre suas atribuições, “estudar, planejar, e executar medidas que contribuam para o bem estar do trabalhador na indústria” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2009, P.268).

Assim, de acordo com as autoras,

Estarão claramente explicitadas, entre as funções da nova instituição a ser gerida pela corporação empresarial, a defesa dos salários reais do operariado- através da melhoria das condições de habitação, nutrição e higiene- a “assistência em relação aos problemas domésticos decorrentes da dificuldade da vida”, pesquisas e atividades educacionais e culturais, “visando à valorização do homem e os incentivos à atividade produtora (IAMAMOTO e CARVALHO 2009, P.268) .

A Fundação Leão XIII, criada em 1946 pelo Governo Federal teve como objetivo atuar juntos aos moradores de favelas presentes nos centros urbanos industrial, que já se

apresentavam em grande número de moradores e famílias, em sua maioria pobres, em péssimas condições, excluídos socialmente com uma vida a qual não escolheram viver. A Fundação atua com apoio do Estado da base católica, e teve grandes desafios a serem enfrentados pelo serviço social:

Ocupar-se dessa população marginalizada, que por suas ligações extremamente irregulares com o mercado de trabalho-isto é, por não estarem sob o controle contínuo e prolongado da agência básica de socialização, a empresa, e por suas condições de existência, são verdadeiros delinquentes sem delito (...) (IAMAMOTO e CARVALHO, 2009, P.290)

Foram várias as situações que levaram a iniciativas para melhor atender as demandas que as famílias, principalmente da classe operária, enfrentaram e que levaram as assistentes sociais a intervir junto a essas famílias.

Assim, a assistência social acontecia ora com a mediação e intervenção do Estado, ora com a ausência dele deixando a responsabilidade sob as famílias. A implantação do serviço social como se pode perceber não se deu de maneira isolada, mas tem extrema relação com as mudanças ocorridas tanto no plano econômico e social que a sociedade brasileira passou e relaciona-se também com todos que fizeram parte dessas transformações, sejam eles grupos, classes, e instituições que tiveram ligação direta e indireta nessas transformações.

CAPITULO II- UM POUCO DA TRAJETÓRIA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

Este capítulo no primeiro momento trará uma análise do sistema de proteção social brasileiro, trazendo os caminhos percorridos e as mudanças que ocorreram ao longo dos anos, sinalizando a ausência de políticas que priorizassem a família até a década de 1980, deixando-a como papel secundário das políticas sociais.

A seguir aborda-se sobre a Política de Assistência Social no Brasil, sua trajetória, os principais acontecimentos ligados a essa trajetória, como as diversas Constituições promulgadas, a criação de instituições que provocaram avanços na trajetória da Política de Assistência, até a Constituição Federal de 1988 e a Aprovação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). Aborda-se pontos como a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a proteção social básica, a proteção social especial, as unidades de atendimento onde os usuários são atendidos, que são o CRAS E CREAS. A seguir, aborda-se sobre a matricialidade sociofamiliar eleita como eixo estruturante que articula todas as políticas pública, permeada por avanços, mas, não imune a retrocessos.

2.1 A família e o sistema de proteção social brasileiro: um caminho de mudanças percorrido

No Brasil, assim como em diversos países, o sistema de proteção social surge e desenvolve-se com o processo da industrialização e acumulação, da relação capital e trabalho e da regulação do trabalho, tendo-se indivíduos e segmentos sociais como alvo. A política social, apesar de por muito tempo ter sido voltada para segmentos específicos (crianças, adolescentes e jovens), afetava de forma indireta as famílias com ações pontuais e fragmentadas, com um caráter educativo, normatizador e disciplinador destas.

Esse sistema específico de proteção social no Brasil, teve início na década de 1930, com ações higienistas (ideário do movimento de médicos higienistas que exigiam a intervenção ativa do Estado sobre a questão social pela criação da assistência pública, que deveria assumir um amplo programa preventivo na área sanitária, social e moral)⁵.

⁵ YAZBEK, Maria Carmelita. **O significado sócio-histórico da profissão**, disponível em http://www.prof.joaoantastom.br/materialdidatico/material/1_-_O_significado_socio_historico_da_profissao.pdf, São Paulo, n. 120, p. 677-693, acesso em 1 de nov. 2017).

Durante o Estado Novo a Igreja Católica foi de fundamental importância para a implantação das políticas sociais na área da família, objetivando adequá-las ao modelo de família padrão, já que a família pobre era vista como irregular. É possível notar este posicionamento por meio do Decreto conhecido como Estatuto da Família, que determinava:

Além da obrigatoriedade do exame pré-nupcial para colaterais de terceiro grau, do casamento religioso com efeitos civis e da gratuidade do casamento civil, a concessão de uma série de benefícios como abonos mensais às famílias de prole numerosa sem condições necessárias ao seu sustento, redução de despesas com taxas de matrícula por famílias com mais de um filho, dentre outras. (TEIXEIRA, 2010, p.538)

O que deixa claro a tentativa de estabelecer um projeto de família regular associado ao matrimônio e com amparo na Constituição que protegia apenas a família legitimada pelo casamento, desvalorizando, assim, as uniões que estavam fora deste padrão. Porém, ao ser feito um resgate sobre a história das famílias brasileiras percebe-se “a fragilidade da família conjugal, uma vez que, já no século XIX e também no início do século XX, a concubinação, as uniões livres, as relações sexuais antes do matrimônio, mães solteiras eram frequentes, assim há um descompasso entre a moralidade oficial e a realidade vivida pela maioria das pessoas” (NARVAZ; KOLLER *apud* TEIXEIRA, 2010 p. 541).

Outro fator importante a ser destacado referente à proteção social à família diz respeito ao sistema previdenciário, que incluía apenas os trabalhadores inseridos no setor formal de trabalho e a sua família como dependente, excluindo desta proteção os que não faziam parte desta categoria.

Assim, destaca-se diferentes tendências no que se refere a incorporação da família na proteção social. De um lado o sentido do familismo “que se caracteriza como atribuição de maior responsabilidade para as famílias na provisão de bem-estar para seus membros” Miotto (2014,p.9). Nesse sentido a proteção do Estado só aconteceria quando falhassem a proteção e os cuidados da família. De outro o sentido protetiva, “que interpreta que capacidade de cuidado e proteção da família está diretamente relacionada à proteção que lhe é garantida através das políticas públicas”. Miotto (2014, p.9). Afirmando a intervenção do Estado como garantidor de direitos as famílias .

Entre a década de 1960-1970 a família passa a ser alvo também de políticas de controle da natalidade por meio do planejamento familiar, que segundo Teixeira (2010), tem como preocupação o crescimento da população mundial e os efeitos que uma superpopulação poderia desencadear. Assim, as famílias eram orientadas a diminuir a quantidade de filhos.

Até a década de 1980 a institucionalização de direitos sociais pelo Estado, ocorreu de forma segmentada e lenta, como aponta Teixeira (2010) ao tratar do enfoque destes direitos nas diversas Constituições. “A Constituição de 1934 proclamou seu amparo somente à maternidade e à infância e aos desvalidos. A de 1946 acrescentou a proteção à adolescência e assistência aos desempregados; a de 1967 adicionou a esses o amparo à educação dos excepcionais. No entanto, outras categorias foram incluídas, como a dos idosos carentes no programa Renda Mensal Vitalícia e a do trabalhador rural na aposentadoria rural” (TEIXEIRA, 2010, p.540).

Desta forma, é possível observar que a organização das políticas sociais no Brasil, até a década de 1980, é marcada pela ausência de políticas que priorizassem a família como uma totalidade, ou seja, a família ocupava lugar secundário neste sistema de proteção social⁶.

2.2A regulamentação da Política de Assistência Social no Brasil: a Constituição Federal de 1988 e a Aprovação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)

Durante muito tempo a Assistência social no Brasil foi caracterizada pela “política do favor”, onde imperava o clientelismo, a caridade, a filantropia, o apadrinhamento, a solidariedade. Não existia o caráter de política pública e sim de ações solidárias, onde o assistencialismo se apresentava constantemente.

A assistência social demorou muito tempo, para ser um direito garantido e legalizado, pois, a questão social esteve ausente dos projetos e formulação das políticas públicas no Brasil. E foi esse o cenário das políticas sociais no Brasil, marcado pelo conservadorismo, pela ausência de políticas públicas e direito social, de um olhar mais amplo e apurado para as mazelas que atingiam a população principalmente a população pobre, revezado por avanços e contradições que desencadeou diversos movimentos e mobilizações sociais e as lutas para que esse contexto mudasse e enfim, nascesse o direito social legalizado e pusesse fim ao

⁶ Antes de dar continuidade à discussão sobre a proteção social bem como seus avanços, é necessário conceituá-la. Sendo assim, a proteção social é “o conjunto de políticas e programas governamentais destinados à prestação de bens e serviços e à transferência de renda, com o objetivo de cobertura dos riscos sociais, garantia dos direitos sociais, equalização de oportunidades e enfrentamento das condições de destituição e pobreza” (CARDOSO JUNIOR; JACCOUD *apud* FONTES, 2011, p.20).

favor, ao individualismo, dando lugar a uma verdadeira política de assistência social garantindo direitos a quem dela necessitasse independente de suas condições .

Vislumbrar e efetivar a Assistência Social enquanto direito de Proteção Social requer a redefinição e a superação dos padrões subalternos em que se assentaram historicamente as práticas ligadas a esta política, tais como a benemerência, caridade e sua ação individualizada. (FONTES, 2014. P.235).

A assistência social era dada a grupos focalizados em situações específicas, não se configurando como uma verdadeira política social, mas, com ares de favor, de solidariedade, e não de uma política voltada para a emancipação das pessoas e que ratificassem seu direito enquanto cidadão.

Com ações assistencialistas, organizadas com intuito de minimizar a miséria e a pobreza gerada pela exploração que existia da relação capital x trabalho, as classes dominantes, entre outros setores, seja do setor público , privado, de ordem religiosa ou de entidades filantrópicas, se articulavam para o controle de situações que julgavam necessitar de intervenções e controle, classificavam e separavam os “necessitados”, dos “não necessitados” em um processo excludente, em que ações assistencialistas eram mascaradas de Assistência social.

Foi longa a trajetória da política social no Brasil. Ela não aconteceu em um processo linear, mas, se caracterizou como acontecimentos fragmentados.

É relevante destacar alguns acontecimentos entre eles, em 1920, Instituições Assistenciais e Previdenciárias começam a surgir, como saúde pública, seguro social, em 1930 a criação do Ministério do Trabalho, o Ministério da Educação e da Saúde Pública e o Conselho Nacional de Educação, em 1932 foi criada a carteira de Trabalho a qual garantia direitos a quem dela dispusesse.

Em 1943, foi promulgada a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Diante disso,

A legislação social passa a ter aplicação mais ampla e efetiva, e em 1939 são regulamentados dois mecanismos que já constavam da carta de 1937, a justiça do trabalho e a nova Legislação Sindical. Em 1940 são decretados o Imposto Sindical, o Salário Mínimo Legal, criado o SAPS (Serviço de Alimentação de Previdência Social), destinado a oferecer alimentação adequada e barata aos operários, e são ainda desenvolvidas diversas campanhas de sindicalização sob o patrocínio do Ministério do Trabalho” (IAMAMOTO E CARVALHO, 2009, p.240)

Com a criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA) durante o Estado Novo em 1942, considerada a primeira grande instituição nacional de assistência social, com o objetivo de prestar assistência às famílias cujos chefes foram convocados para lutar na II Guerra Mundial, era composta por um grupo de mulheres que prestava apoio a essas famílias. A

princípio com seu caráter clientelista e assistencialista, ratificando a política de assistência que se prestava naquele período, a LBA aos poucos vai se articulando e vinculando a entidades privadas.

Da assistência “às famílias dos convocados”, progressiva e rapidamente a LBA começa a atuar em praticamente todas as áreas de assistência social, inicialmente para suprir sua atividade básica e em seguida visando a um programa de ação permanente. Nesse sentido se constituirá em mecanismo de grande impacto para a reorganização e incremento do aparelho assistencial privado e desenvolvimento do serviço social como elemento dinamizador e racionalizador da assistência. (IAMAMOTO, CARVALHO, 2009, P.251-252).

Diante desse contexto surge a profissionalização do serviço social com caráter controlador das pessoas, e com grande influência da ação Católica, com ações pautadas na caridade e na filantropia.

A partir da década de 1930 são promulgadas Constituições as quais foram trazendo avanços e inovações na vida do trabalhador e das pessoas.

A Constituição de 1934, inseriu a previdência que naquele momento garantia a proteção ao trabalhador, à gestante, ao idoso ao inválido, ante contribuição obrigatória.

Em 1937, foi promulgada a Constituição, onde os trabalhadores foram reconhecidos enquanto categorias e houve modificação na nomenclatura que passou de previdência social para seguro social.

Na constituição de 1946 houve um avanço na previdência social (que voltou a assim a ser chamada) com grandes melhorias na vida do trabalhador, na qual o empregador passou a contribuir com o seguro contra acidentes de trabalho.

Entre as décadas de 1960 e 1980, a assistência social trilhava o mesmo caminho permeado por ações clientelistas, assistencialistas, com o objetivo de controlar as camadas mais vulneráveis que a essa altura só vinha se multiplicando e reivindicando melhorias.

A década de 1980 foi um marco importante para a consolidação das políticas sociais, sobretudo, para a assistência social.

Assim, em 1988, foi então promulgada a Constituição Federal chamada também de “Constituição Cidadã” com uma série de direitos e com eles a assistência social agora como política pública e que passou a fazer parte do tripé da seguridade social, junto com a saúde e a previdência social. Como está explícito no seu artigo 194: ”A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”. (BRASIL, 2015, p 60).

No que se refere à saúde, foi criado o Sistema Único de Saúde (SUS), o SUS, organizado por três diretrizes: descentralização, atendimento integral, participação da comunidade, segundo Paim (2009, p.51): "Nesse contexto, a saúde foi concebida como um direito social, inerente a condição da cidadania".

Quanto à previdência social, houve maior igualdade no atendimento a população com maior cobertura destes, assim como um aumento expressivo dos direitos dos trabalhadores.

Assim, a filantropia, a caridade, a solidariedade, vão se desconfigurando e a Assistência social passa a apresentar-se como política pública não contributiva, de acesso universal sendo responsabilidade do Estado.

Portanto, a Constituição Federal de 1988, foi um marco nas conquistas dos direitos Sociais, promovendo a ampliação desses direitos, rompendo com a centralidade do Governo Federal, descentralizando a política que passou aos três níveis de governo Federal, Estadual e Municipal, compondo uma seguridade social pautada na igualdade, na inclusão e universalização que norteou a saúde, assistência social e previdência social.

Com a Constituição Federal de 1988, também ocorreu uma reestruturação do sistema de proteção social, ampliando a extensão dos direitos sociais e colocando a família no centro das políticas sociais em especial a de Assistência Social, que passa a ser política pública. Além da ampliação destes direitos, segundo Teixeira (2010) houve também a adoção do direito social como fundamento da Política Social. Assim, esta autora fala que ocorreu uma

Universalização do acesso e da cobertura, principalmente, na política de saúde; inclusão de outras fontes de financiamento para as políticas sociais que não as exclusivamente contributivas, com maior comprometimento do Estado e sociedade no financiamento do sistema, com inclusão de segmentos que não contribuíram com a Previdência, e reafirmação do caráter não contributivo da assistência social; irredutibilidade do valor dos benefícios e seu ajustamento pelo salário mínimo; e, no plano organizacional, a descentralização e a participação social como diretrizes do reordenamento institucional do sistema (TEIXEIRA, 2010, p.542).

É também importante destacar que a partir desta Constituição rompe-se com as perspectivas discriminatórias ao ser feito o reconhecimento das diversas formas de família, como as decorrentes de união estável entre homem e mulher (formando uma unidade familiar). Ainda segundo Teixeira (2010), esta Constituição inova também ao tratar da igualdade de direitos entre os cônjuges, afirmando que "os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher; que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações" (TEIXEIRA, 2010, p.543).

De acordo com Ferreira (2010) os avanços registrados na Constituição se consolidaram de fato a partir da aprovação da LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social), lei nº 8.742, de 1993. Com a regulamentação da LOAS, como política social pública, a assistência social adentra em um campo novo de direitos, “da universalização” e de responsabilidade estatal.

A LOAS dá uma nova visão para essa política, à medida que a insere ao sistema de bem estar social brasileiro, e com a junção a saúde e a previdência social, forma-se o tripé no campo da seguridade social, como exposto anteriormente, essa inserção torna a assistência social uma política mediadora de garantia de direitos que promove condições básicas e dignas de vida.

A LOAS coloca a família como sujeito central na atuação desta política pública. A família aparece como instituição a ser protegida pela política setorial da Assistência Social.

Assim conforme o artigo primeiro da LOAS:

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é política de seguridade social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. (LOAS, 2009, P.6)

Entre os benefícios que foram estabelecidos pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado a partir da LOAS destacam-se os benefícios eventuais que visam a cobertura de necessidades temporárias e o BPC (Benefício de Prestação Continuada) que garante o pagamento de um salário mínimo a pessoa com deficiência⁷ e ao idoso a partir 65 anos de idade que comprovem não ter condições e nem suas famílias de proverem o próprio sustento, atentando para o critério de renda. É concedido diretamente ao beneficiário pelo Governo Federal, esse programa está inserido em todos os municípios do país. O BPC é intransferível e não cumulativo, ou seja, é proibido a obtenção de outros benefícios, exceto, assistência médica, é exigido exame médico e perícia médica do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) realizado antes da concessão do benefício, avaliado a cada dois anos. Ambos fazem parte da proteção social básica a qual abordarei no próximo item.

⁷ “§ 2º Para efeito de concessão do benefício de prestação continuada, considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. § 3º Considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa com deficiência ou idosa a família cuja renda mensal *per capita* seja inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo”. (Brasil. Lei n. 8.742. Lei orgânica da assistência social (LOAS) : Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências, e legislação correlata. – 3. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016

O BPC é para muitas famílias uma renda que ajuda não só o beneficiário, mas, aos demais membros da família que pela situação econômica difícil que se encontram pela falta de trabalho ou pela própria carência no local em que residem não conseguem se manter sem ajuda; ajudam também as famílias extensas ou agregadas como foram citadas anteriormente, sendo o BPC, muitas vezes a única fonte de renda familiar .

Contudo, tanto a Constituição Federal de 1988 como a LOAS mesmo com todo um arcabouço legal não ficaram imunes a retrocessos que permeiam a política de assistência social como a focalização, a seletividade e fragmentação nos serviços. Segundo Fontes (2014).

[...] A CF e a LOAS apresentam importantes debilidades, sobretudo, por fatiar o público - alvo de sua intervenção (crianças, velhos, mulheres, etc.) e por rebaixar a linha de pobreza brasileira ao status de indigência, escamoteando os reais objetivos de uma política que deve se pautar por seu caráter desmercadorizante e a busca pela universalidade no acesso aos direitos e serviços sociais, (FONTES, 2014, p.237)

O próprio BPC, trás um exemplo de seletividade que excluem indivíduos e famílias, pelo seu caráter seletivo quando limita o critério de renda que deve ser renda mensal per capita inferior a ¼ do salário mínimo, pressupondo que tendo mais que essa per capita, a família que é responsável por sustentar o idoso.

Com isso, ações previstas na LOAS são insuficientes por não garantir a cobertura de certos grupos que dela necessitam por seu caráter seletivo e focalizado muitas vezes com caráter filantrópico, como por exemplo, as pessoas em situação de rua, aqueles sem habitação, a população migrante, entre outros que vivem à margem da sociedade não são contemplado e somente com a implementação do SUAS é que estes segmentos serão alcançados na proteção social brasileira.

2.3 A Política Nacional de Assistência Social, o SUAS e os avanços obtidos com sua implementação

Com a aprovação da PNAS (Política Nacional de Assistência Social) em 2004, como resultado de lutas e resistências, tornam-se claras as diretrizes para que a Assistência social se efetive como direito do cidadão e de responsabilidade do Estado. Vale ressaltar, avanços com a aprovação dessa política, pois, tem-se uma perspectiva de inserção da família nessa Política que superou historicamente os estigmas com que se tratou a família pobre, sempre considerada desestruturada, disfuncional, falida, em crise, incapaz de criar os seus filhos em função dos seus modelos. Assim essa política vem assumir essa pluralidade de arranjos familiares e isso

significa que o Estado está trabalhando no sentido de aceitar essas famílias, de não estigmatizar essas famílias por se organizar de maneira diferente. Foi um grande avanço na conquista de uma política pública garantindo assistência a quem dela necessita, com os objetivos:

Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem; Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural; Assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2004, p.34).

Quanto ao público usuário da PNAS observa-se que a família é colocada em primeira linha e seguindo dos demais que individual ou coletivamente formam grupos vulneráveis e necessitam de assistência social são:

Famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade, ciclos de vida, identidades estigmatizadas em termos étnicos, cultural e sexual, desvantagem pessoal resultante de deficiências exclusão pela pobreza e ou no acesso as demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social. (PNAS, 2004, P.34).

Mesmo com a assistência social prevista no artigo 203 da Constituição, como política pública prestada a quem dela necessitar, sem contribuição prévia, esta só se regulamentará dois anos após por meio da LOAS.

Assim, a LOAS, dá uma nova visão para esta política, à medida que a insere ao sistema de bem estar social brasileiro, e com a junção a saúde e a previdência social, forma-se o tripé no campo da seguridade social, como exposto no item anterior, essa inserção torna a assistência social uma política mediadora de garantia de direitos que promove condições básicas e dignas de vida.

O conteúdo da LOAS é materializado pelo SUAS (Sistema Único de Assistência Social) que tem como “foco prioritário a atenção às famílias, seus membros e indivíduos e o território como base de organização, que passam a ser definidos pelas funções que desempenham, pelo número de pessoas que deles necessitam e pela sua complexidade”. (PNAS, 2004, p.41). O SUAS vem para organizar a Política de Assistência Social e os eixos estruturantes, nos quais esta organizado são:

1. Matricialidade sociofamiliar; 2. Descentralização político-administrativa e Territorialização; 3. Novas bases para a relação entre Estado e sociedade civil; 4. Financiamento; 5. Controle social; 6. Participação popular/cidadão usuário; 7. Política de recursos humanos; 8. Informação, monitoramento, avaliação. (PNAS, 2004, p.42).

Contudo, abordarei na próxima seção o eixo matricialidade sociofamiliar, os avanços e contradições, por ser este o principal objetivo desse trabalho.

A PNAS (2004), “expressa a materialidade do conteúdo da assistência social como um pilar do Sistema de Proteção Social Brasileiro no âmbito da seguridade social”. Assim, dentro da Assistência Social existem dois tipos de Proteção Social: A Proteção Social Básica, que se preocupa com a prevenção e a Proteção Social Especial (esta se subdivide em proteção de Média e Alta complexidade).

As unidades de atendimento a esses usuários são denominados de Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), unidade pública de assistência social gerida pelo Estado localizados em áreas de sua abrangência .

A Proteção Social Básica deve garantir segurança de sobrevivência, de rendimento, e de autonomia, com acesso às políticas básicas necessárias, fazendo uso dos programas de transferência de renda, independentemente das capacidades para o trabalho, garantindo que todos tenham uma renda que venha a garantir sua sobrevivência, adentrando para as particularidades nos casos de pessoas com deficiência, idosos, desempregados, famílias numerosas e famílias desprovidas de condições básicas para definir o seu padrão social de cidadão. Este tipo de proteção é ofertado pelo CRAS, garantindo o direito de acolhida; de convívio ou de vivência familiar. Entre os programas executados exclusivamente pelo CRAS destaca-se, o Programa de Atenção Integral à Família- PAIF, Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, serviço de proteção social básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos, desde que haja espaço físico, equipamentos, recursos materiais e humanos na unidade, ressaltando que o PAIF é um serviço de oferta obrigatória do CRAS, tornando-se referência para o usuário do SUAS.

O PAIF é o principal serviço de proteção social básica, ao qual todos os outros serviços desse nível de proteção devem articular-se, pois confere a primazia da ação do poder público na garantia do direito à convivência familiar e assegura a matricialidade sociofamiliar no atendimento socioassistencial, um dos eixos estruturantes do SUAS.(Orientações técnicas CRAS,2009,P.31)

Já a Proteção Social Especial (que é dividida em serviços de média e alta complexidade), este tipo de proteção é ofertado no CREAS (Centro de Referência

Especializado em Assistência Social), tem como serviço de proteção o PAEFI (Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos que presta orientação, apoio e acompanhamento a indivíduos e seus familiares, vítimas de qualquer tipo de violência ou violação dos seus direitos), entre outros serviços⁸. Os serviços de proteção especial de média complexidade se direcionam a “famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas os vínculos familiares e comunitários não foram rompidos”. (BRASIL, 2005, p. 39). Já os serviços de proteção social de alta complexidade são direcionados a atender famílias e indivíduos que se encontram ameaçados, sem referência e precisam de proteção integral, nesse caso, os vínculos familiares e comunitários foram rompidos e precisam serem retirados do ambiente familiar e / ou comunitário⁹.

[...] o cerne do atendimento direto às famílias – tanto na proteção básica, como na proteção especial, através de abordagens individuais ou grupais – consiste em construir com as famílias formas de conhecimento e análise das situações vividas por elas, que as levem a projetar alternativas de soluções, para dentro e para fora delas, das dificuldades e iniquidades com as quais estão convivendo. [...]Mioto(2014,p.14)

Desta forma, é possível notar que os avanços na proteção social brasileira com referência especial nas famílias começaram a ocorrer a partir de 1988, contribuindo para que se constituísse o sistema de proteção social que temos hoje.

Após a Constituição em 1988 temos a promulgação da LOAS, que vem regulamentar a assistência social impressa na Constituição Federal visando a organização da Assistência através de leis normas e critérios para a efetivação dos direitos. Com a LOAS, foram definidos os princípios, as diretrizes, a organização, a gestão, dos benefícios e financiamento da política de Assistência Social.

Contudo, mesmo com a Constituição Federal de 1988 e a aprovação da LOAS, que marca a transição da assistência ligada a filantropia e a caridade, para a assistência como política pública carregada de direitos, essas não conseguiram eliminar a fragmentação e a descontinuidade que se fizeram presentes na Assistência Social no Brasil, em várias épocas, pois,

O processo de construção e aprovação da LOAS foi acompanhado de tensões, posto que o projeto original não foi aprovado, vindo a sofrer inúmeras alterações que deformaram, em muitos aspectos, a proposta original que contemplava as históricas demandas da sociedade por assistência social(...) (MOTA,2010,p.187)

⁸ Serviço especializado em abordagem social;serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade(PSC);Serviço de Proteção Especial para pessoas com Deficiência, idosas e suas Famílias; serviço especializado para pessoas em situação de rua.

⁹ Atendimento integral Institucional; Casa lar; república; casa de passagem;albergue; família substituta; família acolhedora; medidas sócio educativas restritivas e privativas de liberdade (semi-liberdade,internação provisória e sentenciada);Trabalho protegido.(PNAS, 2004,P.40)

2.4 A Matricialidade sóciofamiliar: A família no centro das políticas sociais entre avanços e contradições.

A importância da família no contexto da vida social está explícita no artigo 226, da Constituição Federal do Brasil de 1988, no qual declara que a “família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado”, reafirmando, assim, o artigo 16, da Declaração dos Direitos Humanos, traduzindo a família como sendo o núcleo natural e fundamental da sociedade, e com direito à proteção da sociedade e do Estado. No Brasil, esse reconhecimento está evidente também nas legislações específicas da Assistência Social, Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Estatuto do Idoso e na própria Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, entre outras.

A PNAS estabelece como uma das suas diretrizes: “Centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos” (PNAS, 2004, p. 32-33). Sendo assim, a Matricialidade sócio-familiar consiste na nova postura da política social, tendo não mais o indivíduo, e sim a família como centro de suas ações. Partindo da premissa que é nela que se encontram todos os segmentos. Esta atenção se dá tendo em vista os processos de exclusão sociocultural que acentua suas fragilidades e contradições.

Devido a condição de vulnerabilidade de muitas famílias, a matricialidade sócio-familiar passa a ter centralidade no SUAS (Sistema Único de Assistência Social). Pois, mesmo havendo o reconhecimento da importância da família para seus membros, é necessário que esta seja incluída como cerne da Política de Assistência Social articulada com as outras políticas públicas, para que a mesma possa alcançar a promoção social. Assim sendo, MIOTO destaca a importância da centralidade das políticas sociais na família:

O lugar da família nas políticas sociais é necessário pelo fato de que à sua situação de pobreza está diretamente ligada a má distribuição de renda, onde o modo de produção capitalista não garante pleno emprego, ficando as famílias em situação de vulnerabilidade, havendo a necessidade da inclusão social através das políticas sociais ofertadas pelo Estado. No Brasil o grau de vulnerabilidade vem aumentando, dadas as desigualdades próprias de sua estrutura social, onde cada vez mais se nota a exigência de as famílias desenvolverem formas estratégicas para manterem a sobrevivência (MIOTO, 2000).

Portanto, é de grande importância ter centralidade das políticas sociais nas famílias, visto que o cotidiano destas é marcado por lutas contínuas para sua sobrevivência.

A preocupação do SUAS perante as famílias consiste na inclusão destas em programas, projetos e serviços, para que as mesmas saiam da situação de exclusão e tenham as suas principais necessidades atendidas. É nesse sentido que a NOB (Norma Operacional

Básica) afirma que: “a família deve ser apoiada e ter acesso a condições para responder ao seu papel no sustento, na guarda e na educação de suas crianças e adolescentes, bem como na proteção de seus idosos e portadores de deficiência” (NOB-SUAS/05, p. 17).

Essa centralidade se efetivou nas ações do Estado como responsável pelas políticas de proteção social às famílias, garantindo que cada esfera de governo atue de forma a dar uma maior cobertura da população mais vulnerável e com maiores riscos tanto social, econômico e pessoal, sendo esta proteção contemplada em unidades próprias dos seus Municípios. A implantação dos CRAS e dos CREAS, são exemplos de que o atendimento a população se materializou, ratificando assim a responsabilização do Estado em garantir direitos à população. Ou seja, maior abrangência de direitos que assegurem às famílias e, sobretudo, cada um de seus membros individualmente e de forma articulada o acesso a programas e benefícios, serviços socioeducativos, Saúde, educação, cultura, esporte, emprego, habitação, dentre outros, assegurando qualidade dos serviços prestados, combatendo assim não só a pobreza mas sobretudo, a discriminação, o abandono, as desigualdades e tantas outras mazelas que afetam as relações sociais e pessoais são ações preventivas de proteção social às famílias fortalecendo os vínculos familiares bem como comunitários que constituem um grande avanço.

Ao mesmo tempo em que coloca a família como papel central dentro das políticas de assistência social considerando os processos sociais, econômicos, políticos e culturais, que muitas vezes levam a uma fragilidade nas relações familiares, existe uma contradição em torno de tais políticas uma vez que o Estado tem colocado responsabilidades que são de natureza pública para o universo privado, a família. Isso se evidencia quando a família é culpabilizada por problemas sociais ocorridos no seio desta ou em sua volta, como exemplos, o abandono escolar, o trabalho infantil, a drogadição, a marginalização, a deficiência em prover o seu próprio sustento, etc.

Assim, a centralidade da família na política de assistência social não deve ser percebida de maneira distorcida levando a responsabilização das famílias, mas sim como uma forma de superar tais contradições e o conservadorismo presente em diferentes épocas e superar os modelos anteriores que se apresentavam a partir de ações focalizadas. A tentativa de responsabilização da família frente aos problemas sociais é percebida através da “redescoberta da família como importante substituto privado do estado na provisão de bens e serviços sociais básicos” (PEREIRA, 2010, p.25).

Partindo da centralidade e destaque que as famílias estão tendo no SUAS, torna-se pertinente ressaltar que apesar das grandes mudanças ocorridas na sociedade e seus impactos nas composições familiares contemporâneas, é possível observar que ainda há uma permanência de antigos padrões e expectativas quanto ao seu funcionamento e desempenhos de papéis, com relação a que tipo de família está se falando, visto que essa tem aspecto fundamental para as políticas sociais: “Perguntas do tipo - O que é uma família? De que família está se falando? Quem corporifica a família para inserção nos programas e benefícios? – são fundamentais o desenho das políticas sociais que tem a família como matriz de abordagem”. (FONSECA, 2004 apud BRASIL, 2008, p.59)

Na perspectiva que coloca a família como eixo fundamental das políticas sociais, a assistência social exige cuidados redobrados para que não haja a reprodução das regressões conservadoras no trato com as famílias, nem ampliação das inúmeras responsabilidades que estas devem ter, principalmente no caso das famílias de classes menos favorecidas. Sendo assim, as transformações pelas quais as famílias passaram, não podem ser desconsideradas com a reprodução de abordagens conservadoras e disciplinadoras na prática profissional. Como destaca Miotto: “o consenso existente sobre as transformações da família concentra-se apenas nos aspectos referentes a sua estrutura e composição, pois as expectativas sociais sobre tarefa e obrigações continuam preservadas”. (MIOTTO, 2004 apud BRASIL, 2008, p.58)

Segundo Miotto (2004), existem várias preocupações por parte dos profissionais que trabalham com famílias, devido à atualidade e complexidade do tema, visto que há uma amplitude de questões que norteiam esse debate: as relações que a família vem estabelecendo com outras esferas da sociedade (Estado, sociedade civil e mercado), as diferentes configurações familiares, os processos familiares, além dos aspectos que envolvem a história e o desenvolvimento da profissão nesse campo.

Não se pode negar que as transformações da sociedade provocaram mudanças significativas nas relações familiares. Neste contexto a família (principalmente as famílias pobres) é permeada por várias mazelas que passam a fazer parte do seu cotidiano, tais como a violência, o desemprego, a pobreza, as drogas e outras complicações. Percebeu-se então que em diversas áreas, a intervenção de profissionais junto à família é permeada por inúmeros desafios. Tratar dessa temática é incursionar por questões complexas e por realidades reconhecidamente em transformação.

No serviço social, apesar da grande tradição dos trabalhos junto a famílias e das mudanças e avanços referentes às discussões teórico-metodológica e ético-política que

ocorreram nas últimas décadas (pós-reconceituação), a forma de atuação dos assistentes sociais nesta área, está deixando a desejar perante as exigências que lhe estão sendo impostas diante das novas configurações familiares, desta forma Mioto observa que

O exercício profissional com famílias ainda se movimenta através de processos pautados nos padrões de normatividade e estabilidade. Ou seja, as ações continuam calcadas na perspectiva da funcionalidade e relacionadas aos processos de integração e controle social. Dessa forma, tira-se de foco a discussão da família no contexto de uma sociedade desigual e excludente [...] (MIOTO, 2004, p.4).

Portanto, o grande desafio da atuação profissional é superar a perpetuação de práticas conservadoras no trabalho perante as famílias, sendo pertinente uma tentativa de resgatar os elementos necessários para a construção da ação profissional, enquanto dimensão emancipatória do exercício profissional.

Assim, é relevante que o assistente social amplie seu olhar sobre as famílias, aproximando-se de forma crítica do dia a dia destas famílias, desvendando formas de lidar com as expressões da questão social. Visto que sua importância em atuar com consciência frente à realidade destas famílias com consciência e conhecimento, uma vez que tem sua prática centrada na “defesa intransigente dos direitos humanos e na recusa do arbítrio e do autoritarismo”, no “posicionamento em defesa da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais [...]”, além do “empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças”, entre outros princípios ético-político que norteiam a atuação profissional (CÓDIGO DE ÉTICA DO ASSISTENTE SOCIAL, 1993, p. 23).

Desta forma, é imprescindível o reconhecimento de que as famílias são sujeitos de direitos, que devem ter garantidos sua condição protetiva respeitando suas diversas configurações.

CAPITULO III- A PESQUISA DE CAMPO: O PERCURSO METODOLÓGICO E A REALIDADE DAS FAMILIAS PESQUISADAS

De acordo com Lakatos e Marconi (2007) a pesquisa é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais.

A pesquisa de campo do presente trabalho foi desenvolvida no povoado do Sinunga, zona rural do Distrito de Coqueiros, localizado no Município de Maragogipe-BA .O trabalho teve como grupo pesquisado famílias do povoado do Sinunga e teve como objetivo conhecer o perfil socioeconômico e a realidade das famílias que ali residem relacionando com o tema desse trabalho que é o eixo Matricialidade sócio- familiar seus avanços e contradições.A escolha pela pesquisa no povoado do Sinunga deu-se por já ter visitado aquela comunidade a trabalho, por residirem no mesmo Município que resido e saber que tão próximo, existem famílias que passam por diversas dificuldades e precariedades que as colocam tão distante da realidade do Município. Isso me despertou o interesse de voltar e conhecer mais detalhadamente aquelas famílias sabendo que se constituem de famílias pobres e de querer mostrar essa triste realidade em que vivem e que requerem um olhar mais apurado sobre aquela população, ratificando as contradições que são aqui levantadas sobre a matricialidade sóciofamiliar.

A metodologia utilizada tem como objetivo, indicar os caminhos e explicar todo o percurso feito para a elaboração do trabalho os quais possibilitam o desenvolvimento e realização da pesquisa.

3.1 O Percurso metodológico da pesquisa

“Pesquisa é entendida tanto como procedimento de fabricação do conhecimento, quanto como procedimento de aprendizagem (princípio científico e educativo), sendo parte integrante de todo processo reconstrutivo de conhecimento.” (DEMO apud PRODANOV, FREITAS, 2013 p.42).

Com o objetivo de conhecer a realidade das famílias que moram no povoado do Sinunga e assim traçar o perfil das famílias fazendo possíveis comparações com o tema do trabalho que é a matricialidade sóciofamiliar avanços e contradições, percorri um caminho cheio de obstáculos e desencontros.

Para chegar ao povoado do Sinunga, houve inúmeras dificuldades, pois o povoado fica distante, necessita de transporte o qual consegui com recursos próprios, o acesso em alguns trechos é difícil, em dias chuvosos as visitas tiveram que ser adiadas, pois, a estrada não tem pavimentação e o carro poderia ter dificuldade para subir em certos pontos e não conseguir chegar ao destino. As visitas para realização das entrevistas foram feitas em três dias, dia 11 de agosto de 2017, 29 de agosto de 2017, a do dia 6 de setembro foi adiada, pois chovia muito e não seria possível chegar. A terceira visita ao povoado foi então realizada dia 4 de outubro de 2017. As famílias moram em casas não muito próximas uma das outras com isso as entrevistas eram realizadas durante toda a manhã e retornava no início da tarde por volta das 13 horas. Houve dificuldades também de encontrar as pessoas em casa pois muitos estavam trabalhando na roça, ou saíram para pegar água, enfim tiveram muitos desencontros mesmo tendo sido avisados e agendado as entrevistas previamente.

O trabalho foi desenvolvido através da pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo. Para (Lakatos & Marconi, 2007), “a pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema”.

Na pesquisa documental pesquisei dados das fichas de cadastros da Unidade de Saúde da Família de Coqueiros, onde as famílias pesquisadas estão devidamente cadastradas e são acompanhadas e pesquisei dados gerais da população. Foi um documento mais acessível para minha pesquisa, pois, contém dados gerais das famílias do Distrito e me foram cedidos pela coordenação da unidade .

O Distrito de Coqueiros tem o total de 933 famílias cadastradas na unidade de saúde, ou seja, todas as famílias são cadastradas, subdivididas em 9 micro áreas. A micro área 9 onde é localizado o povoado do Sinunga tem o total de 23 famílias cadastradas. Esses dados foram coletados em setembro de 2017.

De acordo com Marconi e Lakatos (2007, P.62), “a característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não,

constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser recolhidas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois”.

Vale ressaltar que no estudo de campo adquiriram-se novas informações não só através de entrevistas e questionamentos com grupos, mas, sobretudo, na observação direta da realidade ali exposta e que é imprescindível para a obtenção de novos conhecimentos. Assim, o diário de campo foi um instrumento necessário na minha pesquisa, pois me permitiu registrar e, posteriormente rememorar as experiências que só com a ida no campo me possibilitou conhecer, sentir, captar e me envolver .

No diário de campo descrevi todo o percurso para a realização das entrevistas. Foram várias dificuldades encontradas no caminho tanto no acesso ao local como em encontrar os entrevistados que muitas vezes não se encontravam em casa por vários motivos, mesmo que tenham sido previamente avisados do dia e hora da visita; descrevi também todas as impressões observadas no campo, vários detalhes ali assimilados e que serviram para compor o trabalho e fazer a correlação com o tema.

Minayo (1994) ressalta que:

Para conseguirmos um bom trabalho de campo, há necessidade de se ter uma programação bem definida de suas fases exploratórias e de trabalho de campo propriamente dito. É no processo desse trabalho que são criados e fortalecidos os laços de amizade, bem como os compromissos firmados entre o investigador e a população investigada, propiciando o retorno dos resultados alcançados para essa população e a viabilidade de futuras pesquisas.

No início pensei em aplicar questionários para recolher posteriormente, mas como a maioria dos responsáveis pelas famílias não sabem ler e escrever ou sabem bem pouco, como eles mesmos afirmaram, optei por mudar para entrevistas padronizadas ou estruturadas com as perguntas elaboradas nos questionários.

Assim, as entrevistas foram realizadas através de questionários semiestruturados com 24 perguntas objetivas e de múltipla escolha, abertas e fechadas, onde foram obtidas as informações desejadas. Foram visitadas 11 famílias e seus responsáveis foram os entrevistados.

Segundo Lakatos e Marconi (2007, p.92) a entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social.

A entrevista padronizada ou estruturada ”é aquela em que o entrevistador segue um roteiro previamente estabelecido; as perguntas feitas ao indivíduo são predeterminadas. Ela se realiza de acordo com um formulário elaborado e é efetuada de preferência com pessoas selecionadas de acordo com um plano.”

3.2 O povoado do Sinunga na zona rural do Distrito de Coqueiros-Maragogipe/BA

Falar do povoado do Sinunga, da sua localização é importante contar um pouco do Município no qual ele esta inserido.

O Município de Maragogipe “tem sua origem no período do Brasil Colonial, assim como tantos outros municípios do Recôncavo Baiano. Conta à tradição popular que a origem do município deveu-se à existência de uma tribo indígena denominada “Marag-gyp¹⁰” que se estabeleceu em meados do século XVI às margens do Rio Paraguaçu. Adversos à vida nômade, esses indígenas dedicavam-se ao cultivo do solo, à pesca e a caça de subsistência”. Maragogipe. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Maragogipe>> Acesso em: 04/01/2018.

Por volta de 1520, duas décadas após o descobrimento do Brasil, quando das suas excursões pelo Rio Paraguaçu, fixaram-se na região os primeiros desbravadores portugueses, atraídos pelas riquezas das matas e pela acessibilidade de suas águas, que comportavam embarcações de pequeno e grande calado. Pela sua localização estratégica, as atividades comerciais e de entreposto desenvolveram-se intensamente neste território durante o período colonial. O crescimento de Maragogipe foi tão vertiginoso que esta já se constituía a principal localidade da “Capitania do Paraguaçu” no final do século XVI.

A povoação se desenvolveu através da extração madeireira, do cultivo da cana de açúcar e da mandioca, além da construção de engenhos e casas de farinha.

Em 1640, a povoação cuja capela era dedicada a São Bartolomeu foi elevada a categoria de freguesia pelo Bispo Dom Pedro da Silva Sampaio com o topônimo de “São Bartolomeu de Maragogipe”. Sua emancipação política foi obtida somente 85 anos depois,

¹⁰ “Marag-gyp”, para uns, significa braços invencíveis no idioma tupi, mas para outros, o seu real “significado é rio dos mosquitos”, no que há lógica, pois em áreas próximas a mangues há uma grande incidência destes insetos.

após a Provisão Régia de 09 de fevereiro de 1725, ao atingir o *status* de vila, com a simples denominação de “Maragogipe”.

Os habitantes da freguesia solicitaram ao Conde de Sabugosa, 4º Vice-Rei à época - que passava na freguesia devido a uma inspeção pelo interior do Estado da Bahia, em virtude da avassaladora seca que devastava o Estado no início do ano de 1724 – sua elevação à vila, no que foram atendidos pelo Conde. Por sua ordem, através da Portaria de 16 de fevereiro de 1724, é criada a “Vila de Maragogipe”..

O Recôncavo Baiano foi a região pioneira no movimento emancipador do país, de onde partiram os primeiros levantes de revolta contra a opressão lusitana instalada na colônia. Maragogipe também deu importantes contribuições para a libertação da pátria, tendo, juntamente com outras vilas do Recôncavo e do Sertão, participado da Junta Conciliatória liderada por Cachoeira, que contou com a ilustre presença de um maragogipano, o Conselheiro Imperial Antônio Rebouças. Além da participação na Junta, os maragogipanos fizeram parte do IV Regimento de Milícias da Bahia, ajudando a expulsar as canhoneiras portuguesas fundeadas no Rio Paraguaçu.

Em virtude de seus importantes feitos para a consolidação da Independência do Brasil, durante os embates regionais que se travaram após 7 de setembro de 1822 para a Independência da Bahia (dada a 2 de julho de 1823), Maragogipe finalmente torna-se cidade pela Lei Provincial nº 389, de 08 de maio de 1850, sendo agraciada com o título honorífico de “Patriótica”.

Sua composição administrativa de acordo com a Lei nº 628 de 30/12/1953. Em vigor, é de seis Distritos: Coqueiros, Nagé, Guai, Guapira e São Roque do Paraguaçu, além de uma vasta zona rural.

Maragogipe está localizado a cerca de 130 km de Salvador. Atualmente, sua população estimada é de quase 46.000 habitantes segundo dados do (IBGE, 2010). O município é bastante rico no que diz respeito aos recursos naturais, apresentando um ótimo potencial para o desenvolvimento de atividades ligadas ao turismo ecológico, rural e principalmente o turismo náutico, incluindo a pesca desportiva.

Situa-se exatamente no ponto de encontro do rio Paraguaçu com o rio Guai, formando uma extensa região de lagamar, cercada por cerca de 30 km de manguezais com, aproximadamente, 30 metros de largura.

Como outras cidades da região, Maragogipe traz uma forte tradição religiosa católica, mas é também comprometida com o candomblé. A cidade pacata se transforma durante o mês

de agosto, quando é celebrada a festa de seu padroeiro, São Bartolomeu. Municípios emancipados de Maragogipe: Conceição do Almeida; Dom Macedo Costa e São Felipe”. (IBGE, **Cidades@**). Disponível em: <[http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=292060&search=bahia maragogipe|infograficos:-historico](http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=292060&search=bahia%20maragogipe|infograficos:-historico)>, Acesso em: 19/01/2018.

Maragogipe. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Maragogipe>> Acesso em: 04/01/2018).

O Município possui uma vasta zona rural, algumas fazem divisas com outros municípios. O povoado do Sinunga encontra-se localizado na zona rural do Distrito de Coqueiros, no Município de Maragogipe, fazendo divisa com o município de São Félix.

Tanto Coqueiros, como Nagé cresceram em torno da cultura agrícola de produtos de primeira necessidade, a única autorizada pela Capital Baiana, pois no período colonial, não era permitido à instalação de indústrias, nestas regiões. A Farinha de Mandioca sempre foi à cultura principal dessa região. As raras intenções do plantio do fumo, sempre foram barradas pelo poderio dos fazendeiros Cachoeiranos, assim como, do controle social que os líderes da Câmara Municipal exerciam sobre os habitantes da terra. (SOUSA, 2011).

Embora como foi citado anteriormente as riquezas naturais, os manguezais façam parte desse município, a região onde situa-se o povoado é uma região localizada em um ponto alto e não tem contato com o rio Paraguaçu portanto recursos como a pesca, os manguezais não fazem parte do cenário daquele povoado. Resta-lhes a terra para plantarem e colherem, não aquelas terras férteis onde se cultivava cana de açúcar, de mandioca, do início da formação do município, mas, terras não muito férteis principalmente no verão onde tudo seca e a situação fica ainda pior, como relata os entrevistados.

O povoado é composto por 23 famílias constituído por aproximadamente 83 habitantes (essa pouca quantidade de famílias se da pelo fato de muitas famílias terem migrado para outras localidades no próprio Distrito ou para outros Municípios em busca de melhores condições de vida). As que restaram ali vivem do pouco que têm.

É importante ressaltar que o Sinunga não possui energia elétrica própria nas residências somente energia ligada de um poste de energia próximo, não possui água tratada, nem rede de esgoto, telefone residencial, nem pavimentação nem um espaço de lazer. A escola mais próxima onde funciona o ensino fundamental, pertence ao Município de São Felix que para a comunidade é mais acessível que as escolas do Distrito de

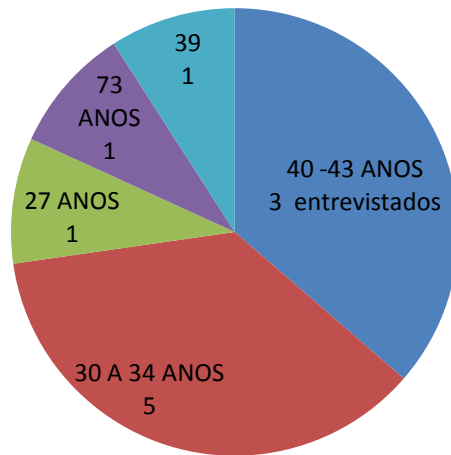
Coqueiros ao qual pertencem e teriam que pegar transporte, mesmo sendo obrigados a andar muito para chegar a escola o acesso é mais fácil, e é lá que as crianças estudam.

3.3 Conhecendo a realidade das famílias do povoado do Sinunga através das entrevistas: A vida como ela é

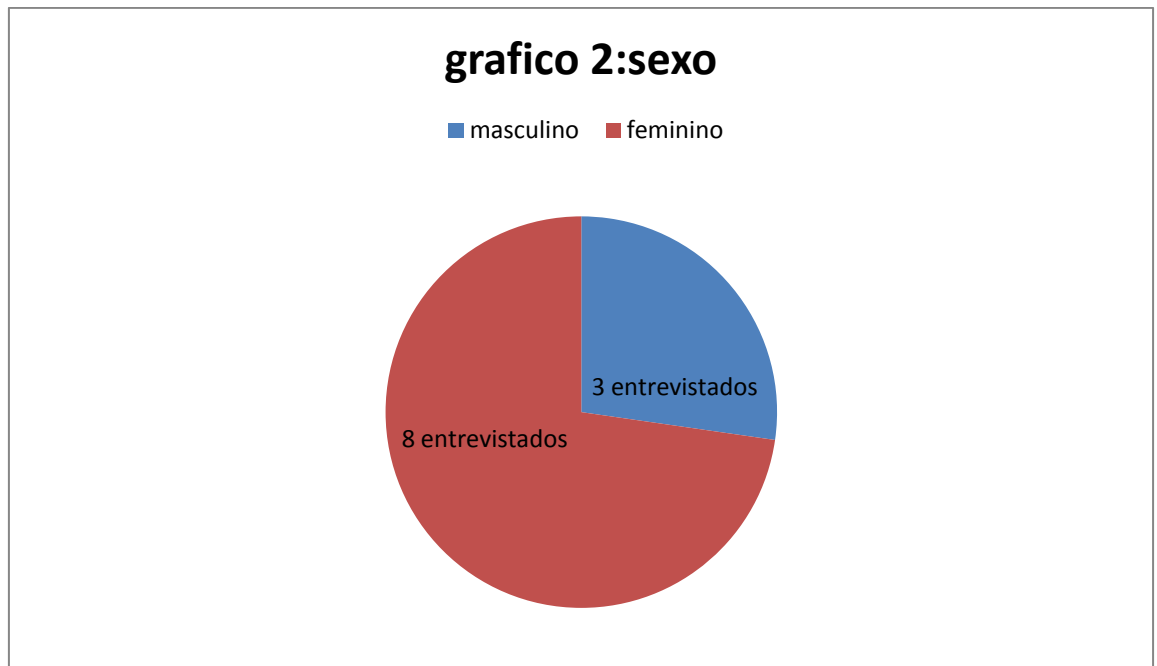
Nesse item, a realidade das famílias do povoado do Sinunga é contextualizado, trazendo as principais características das famílias residentes no povoado. Dentre as questões analisadas nas entrevistas destacam-se: idade, sexo, número de pessoas que compõem a família, estado civil, escolaridade, grau de parentesco, existência ou não de membro portador de doença física ou mental que necessite de acompanhamento terapêutico sistemático, trabalho, renda mensal da família, algum membro da família são beneficiários de Programas Sociais, tais como PBF (Programa Bolsa Família), BPC, etc. Tipo de imóvel, características que melhor descrevem a casa onde moram, atendimento especializado que necessitam, seja em saúde ou assistência social, já procurou algum tipo de assistência social/o que achou do atendimento, educação, saúde, qual a maior dificuldade que enfrentam no dia a dia, se recebem algum tipo de ajuda (comunitária, prefeitura, outras.).

A seguir, serão expressos os principais gráficos com as respectivas análises e resultados das entrevistas:

GRAFICO 1: IDADE



A pesquisa foi realizada com pessoas de ambos os sexos. No que se refere a idade dos entrevistados (Gráfico1) essa varia de 27 a 73 anos sendo que os de 30 a 34 anos são maioria(5 entrevistados), os com 40 -43 anos (3 entrevistados); de 39, 27 e 73 anos foi 1 entrevistado cada. Assim, os responsáveis pelas famílias que foram entrevistados são em sua maioria, adultos jovens com uma media de idade muito próximas com exceção da entrevistada de 73 anos.

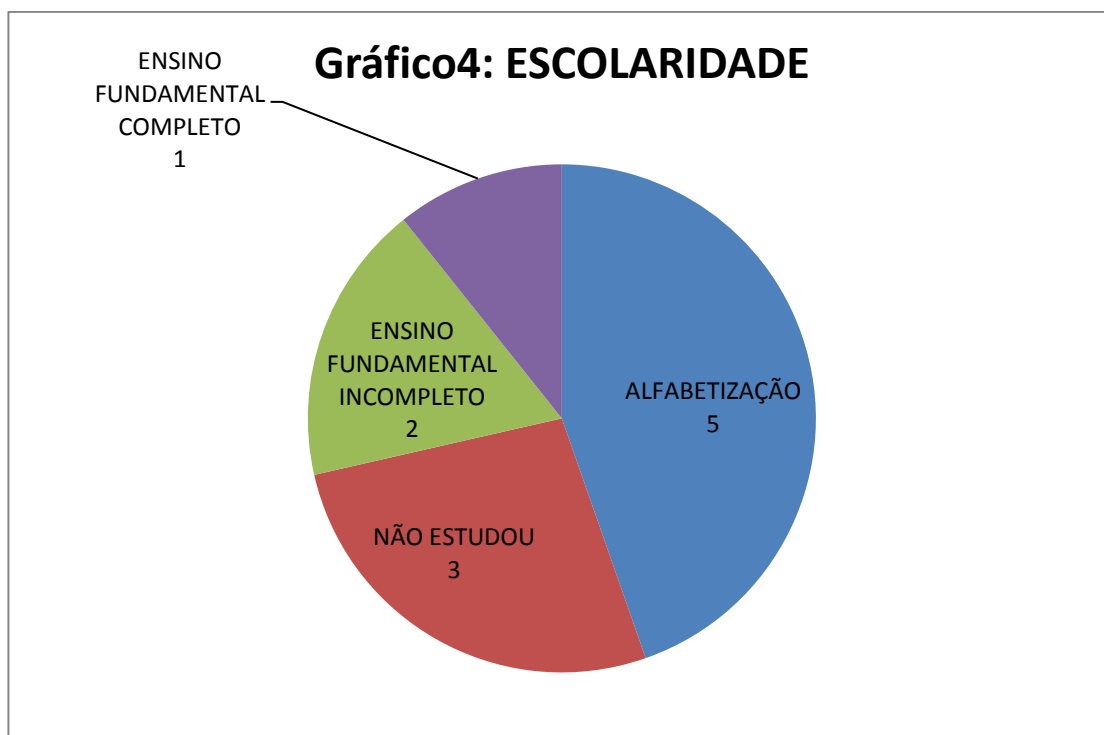


Como consta no (gráfico 2) a maioria das entrevistadas são mulheres. Isso pode ser justificado pelo fato de que os homens em sua maioria saem para trabalhar, enquanto as mulheres, ficam em casa cuidando dos filhos e dos afazeres domésticos. Esse fato nos remete aquele modelo conservador de família, a família nuclear conjugal na qual o pai é visto como o provedor, ou seja, aquele que sai para trabalhar para garantir o sustento da mulher e dos filhos e a mãe como cuidadora e educadora, como foi explicado anteriormente no capítulo 1 sobre os diversos conceitos de família. Percebe que esse tipo de família apesar dos diversos arranjos de família e da mudança dos papéis no interior delas, ainda assim o modelo conservador de família permanece e se reproduz, com definições bem tradicionais sobre a divisão social do trabalho pautada numa concepção rígida de gênero.

Gráfico 3 :Quantidade de membros na família



Perguntados sobre a quantidade de membros que compõem a família, as famílias que possuem 4 membros somaram 8 famílias, as de 5 membros somaram 3 famílias. As famílias do povoado do Sinunga têm uma quantidade de membros muito próximas; sobre o estado civil dos entrevistados, 4 são casados, 5 disseram que vivem em união estável, e os solteiros somaram 2. De todos os entrevistados quando perguntados sobre o grau de parentesco que formam a família, todos responderam que são formadas por laços sanguíneos. Sobre se existe em seu grupo familiar membro portador de doença física ou mental que necessite de acompanhamento terapêutico sistemático, 7 responderam que não e 4 afirmaram que sim.



Nesse quesito nota-se que o grau de escolaridade é muito baixo. 5 entrevistados cursaram a alfabetização, ensino fundamental incompleto 2, ensino fundamental completo 1; não estudaram somaram 3; dos que frequentaram escola somente 1 concluiu o ensino fundamental. Isso pode se justificar pelas dificuldades em acessar a escola e por optar em trabalhar para ajudar no sustento da família (alguns trabalham desde criança na roça para ajudar os pais como comentaram os entrevistados), lembrando que a algum tempo atrás as dificuldades eram ainda maiores fazendo com que muitos desistissem, infelizmente, e se dedicassem somente ao trabalho .

Gráfico 5: Trabalha atualmente

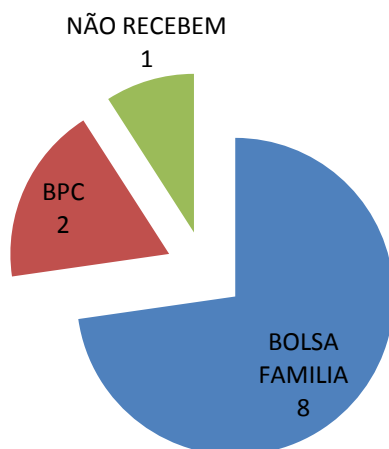


Quando o assunto é trabalho, 8 responderam que trabalham, enquanto 3 responderam que não. Vale ressaltar que foram entrevistados homens e mulheres, portanto alguns entrevistados são mulheres que estavam em casa enquanto seus companheiros estavam trabalhando. Todos os que trabalham disseram que trabalham na roça. O trabalho no povoado em sua maioria é a agricultura familiar, eles plantam e vendem, como também consomem daquilo que colhem. Como a terra não é muito fértil principalmente no verão, o pouco que colhem serve apenas para próprio consumo. Sem possuir terras para plantar alguns trabalham na propriedade de outras pessoas, como afirmaram os entrevistados. Desse trabalho ganham muito pouco, mal dando para se sustentarem.

Os rendimentos são tão poucos que a média da renda das famílias é inferior a um salário mínimo. Segundo os entrevistados, os que têm renda inferior a um salário mínimo somaram 7, até um salário mínimo 3 e os que recebem acima de um salário 1. Alguns alegam que não tem trabalho quando surge algum “bico” é que ganham um dinheiro, mas muito pouco. A baixa escolaridade também interfere nesse quesito trabalho, pois, sem instrução fica ainda mais difícil para saírem do povoado e conseguirem trabalho, por isso, se limitam ao trabalho rural, às vezes, atravessando gerações.

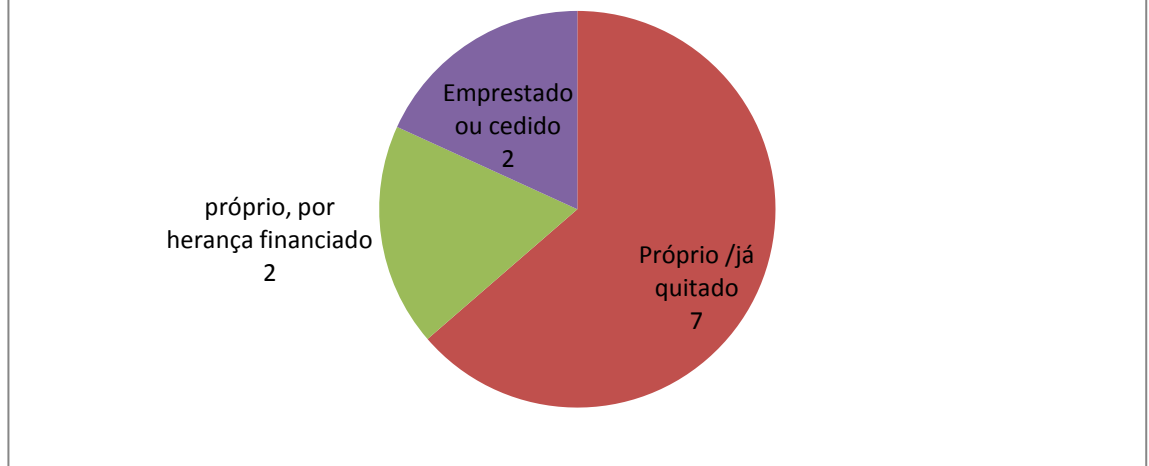
Vale ressaltar aqui que a noção de trabalho dos entrevistados é, também, muito conservadora, uma vez que o trabalho doméstico, exercido pelas mulheres, não é considerado trabalho, muito provavelmente por não ser remunerado.

Grafico 6: BENEFICIARIOS DE PROGRAMAS SOCIAIS



A grande maioria dos entrevistados recebe bolsa família somando 8. Somente um dos entrevistados conta que não recebe porque foi bloqueado. Ela diz que recebeu um comunicado para procurar o posto de saúde que frequenta para atualizar vacinas, sendo que não há vacinas em atraso e que ela cumpre todas as condicionalidades do programa como, peso, frequência escolar, e que foi encaminhada para procurar a Secretaria de Desenvolvimento Social para resolver esse problema, enquanto 2 responderam que recebem BPC por deficiência. Vale ressaltar que para muitas famílias o BPC é a única fonte de renda como no caso das famílias dos entrevistados. Eles explicam que além de ajudar nas suas necessidades básicas garante também o sustento dos demais membros que moram com eles, sejam filhos, irmãos, entre outros. Diferente do Bolsa Família, que é um programa mais acessível e que abrange um grande número de famílias, nota-se um número bem inferior de beneficiários do BPC. Isso pode ser explicado pelo fato que o BPC se restringe a pessoas com deficiência e idosos que não possuem meios de prover a própria manutenção e sustento e nem sua família. O BPC garante o pagamento de um salário mínimo é intransferível e não cumulativo, ou seja, é proibida a obtenção de outros benefícios, exceto assistência médica.

Gráfico 7: Sua família reside em que tipo de imóvel



Quando perguntados sobre as características da casa, a maioria dos entrevistados respondeu que residem em imóvel próprio já quitado (7); os que responderam que residem em imóvel próprio por herança somaram(2); e empataram com os que moram em imóvel emprestado ou cedido(2), conforme o gráfico 7. Ainda sobre as características do imóvel a maioria mora em casas de taipa revestidas e telhas (6); os que moram em casas com alvenaria, sem acabamento, com telhas, somaram 5. A maioria das casas o piso é feito de cimento (9),de cerâmica (1),os que reponderam outro tipo 1 entrevistado.Quanto a possuírem ou não energia elétrica 8 responder que sim enquanto 3 responderam não possuir .Vale ressaltar que apesar da maioria responderem que possui energia elétrica, o povoado ainda não possui energia elétrica regularizada, ou seja, a energia que chega até as casas é fornecida de postes direto para as casas, que não possuem contador. Quanto à forma de abastecimento de água, a maioria respondeu que abastece pegando água de cisternas ou poços, bem como de rios. Alguns responderam que abastecem de carros pipa principalmente durante o verão quando a prefeitura disponibiliza. Como tratam a água para consumo, 4 dizem que ferverem a água,6 filtram, 1 usa produto que a ACS distribui(hipoclorito de sódio).Nenhum dos entrevistados possui rede de esgoto em suas casas.Quanto ao destino do lixo no povoado não possui coleta seletiva, então alguns enterram, outros queimam o lixo e ainda alguns jogam em terreno baldio a depender do tipo do lixo.

3.4 Reflexões sobre os resultados obtidos com as entrevistas realizadas

Como mostram as respostas dos entrevistados quanto as características dos imóveis, apesar da maioria morar em casas próprias, a grande maioria mora em casas bastante humildes com construções precárias, insalubres, sem energia elétrica própria, sem água encanada, sem rede de esgoto, nem coleta de lixo, sem banheiro. Nota-se que mesmo com os programas sociais do governo a exemplo do Minha Casa Minha Vida, o alcance desses programas é mínimo no povoado do Sinunga, há um número bem baixo de contemplados. Dos entrevistados somente duas famílias conseguiram. Alguns dos entrevistados afirmaram que conseguiram se inscrever no programa, em outro Município (São Félix) e que suas casas já estão sendo construídas no próprio terreno onde moram. Vale problematizar aqui, sobre a responsabilização das famílias. Conforme foi citado o capítulo 3, todas essas questões acima apontadas são, comumente, atribuídas única e exclusivamente como problemas para as famílias resolverem, isto é, suprirem suas necessidades básicas e de seus membros, pois mesmo incluídas em programas sociais como Bolsa Família, ou recebendo algum benefício, esses se apresentam como paliativos frente as reais necessidades que passam aquelas famílias. Nota-se que falta a essas famílias moradia digna, saneamento, energia e água de qualidade, educação mais acessível, saúde, trabalho, falta o básico. Isso contradiz o que se expressa na Matricialidade sociofamiliar em que eleva a família a ter papel central na política de assistência social, pois, nesse contexto, as famílias encontram-se desprotegidas e vulneráveis.

Assim, percebemos que a política social se constitui em um instrumento contraditório, pois ao mesmo tempo em que apresenta uma emancipação e autonomia aos beneficiários, com a conquista de direitos garantidos por leis, por outro lado, dão ao Estado condição de amenizar a real situação dos usuários das políticas de assistência social, controlando e ocultando as inúmeras falhas que inegavelmente acontecem e que acabam punindo tais famílias.

Para Teixeira (2009, p.261)

[...] Ao reconhecer e definir como princípio a centralidade na família, o Estado preconiza o redirecionamento das ações socioassistenciais e sua concentração nessa esfera, através de uma ação que pretende ser integral e não fragmentada, e reafirma a responsabilidade com a proteção social, principalmente, com seu nível de prevenção antes do risco e do agravo. Mas, por outro lado, reforça em suas ações, não a secundarização da família nas ações protetivas e de reprodução social, típicas da modernidade e do avanço do Estado de bem-estar Social, antes ao contrário, reforça tradicionais funções da família, constantemente reatualizadas no atual contexto,

culpabilizando aquelas que não conseguem desempenhar adequada ou idealmente os papéis esperados, pela condição de sobrevivência, ciclo de vida, tamanho da família, modelo de estruturação, falta de acesso aos serviços públicos, dentre outros.

No decorrer das entrevistas os entrevistados foram questionados sobre aspectos que retratam a realidade em que vivem. Quando perguntados se já procurou algum tipo de serviço socioassistencial, o que achou do atendimento e se o problema foi resolvido a entrevistada da família 1 assim respondeu:

Sim, para resolver o Benefício de meu filho, (BPC), e resolvi e procurei quando minha casa caiu, mas ai não resolveu, até conseguiram uns materiais, mas não pude construir só depois por outra cidade (São Felix) ai me ajudaram e minha casa ta fazendo pelo governo.(programa minha casa minha vida do Governo Federal).(entrevistado 1).

Sim, para resolver o Bolsa Família que foi bloqueado, ai resolveram. (entrevistado 2)

Sim, para minha cunhada que tava muito doente e precisava de ajuda, consegui algumas coisas, fisioterapia vieram até fazer visita, a assistente social e viu a situação.(entrevistado 6)

Sim me encaminharam ai resolveu, mas tem outros problemas que nunca resolvem como a visita da assistente social para minha tia para conseguir os remédios e fazer consultas no médico fora e o transporte para ir. Fui lá e até hoje não vieram aqui. (entrevistado 9)

Vale ressaltar que o Município dispõe TFD (Tratamento Fora do Domicílio). O município recebe os recursos referentes ao TFD para a locomoção e alimentação dos usuários. O valor a ser pago ao paciente/acompanhante para cobrir as despesas de transporte é calculado com base no valor unitário pago a cada 50 km para transporte terrestre e fluvial ou 200 milhas para transporte aéreo percorrido. Há ainda os Programas que beneficiam os usuários com fraldas e medicamentos de Alto Custo. Porém, além de ter que se cadastrarem os usuários precisa receber a visita do assistente social, que faz a anamnese social desses usuários. Na fala da entrevistada 9, nota-se quando ela cita a “consulta com médico fora e transporte” trata-se do TFD que apesar do município disponibilizar de programas como o TFD, programas de remédio de alto custo,entre outros, ele não contempla de forma universal e igualitária os usuários que necessitam,como relatou a entrevistada que reivindicou e não conseguiu, mostrando-se como uma assistência fragmentada, descontinua e falha.

Quando perguntadas se têm acesso a educação, a maioria dos entrevistados responderam que sim. Como grande parte das famílias recebem Bolsa Família, e a

frequência escolar é uma das condicionalidades do programa, há essa preocupação dos filhos frequentarem escola. Contudo, uma das entrevistadas respondeu:

Sim, até quando tem estudo aqui mais perto, depois só mais longe ai não tenho condição, como meu filho mesmo que parou de estudar por isso não tem escola mais perto ai não quis também ir pra longe. (entrevistada 3)

Percebe-se a dificuldade que existe no acesso a educação, principalmente quando nas séries mais elevadas, pois a escola mais próxima só oferece o ensino fundamental.

Quando questionadas sobre se têm acesso a serviços de saúde e se tem alguma dificuldade para ter acesso 10 dos entrevistados responderam que sim somente 1 respondeu não.

Quando preciso somos atendidos os exames que demora mais porque marca primeiro e às vezes demora pra conseguir marcar e o resultado demora porque é feito pelo SUS. E é longe um pouco tem que andar muito para chegar no ponto e pegar um carro, as vezes acho carona ai não pago. (Entrevistada 4)

Sim porque o lugar aqui fica distante tem essa ladeira ai que fica péssimo minha esposa mesmo quando precisou ir ao médico foi carregada ate onde o carro para porque o carro não vem ate aqui ela ficou internada em Salvador também foi muito difícil pra gente eu ia minha Irmã também ficava lá acompanhando foi quando meu filho nasceu e minha mulher tava muito doente; meus filhos também quando minha Irmã leva no médico, pra vacina tem que pagar transporte, tem os remédios pra comprar quando não consigo no posto.(Entrevistado5)

Dificuldade sempre tem é longe precisa carro o remédio que quando não tem no posto compro os exames também é difícil conseguir marcar as vezes demoro de ir num médico pela dificuldade. (Entrevistada 7)

Quando questionadas sobre qual a maior dificuldade que vocês enfrentam no seu dia a dia, percebe-se que todas as famílias passam por dificuldades e apontaram diversos problemas como a energia elétrica, a água, a falta de trabalho, o acesso para ir a outro lugar, a distância, entre tantas outras dificuldades que enfrentam.

Pra gente se manter mesmo a alimentação, a luz que não tem nossa, a água ruim, planta o pouquinho que da, meu marido não consegue trabalho demora pra achar o que fazer, quando acha ganha pouquinho. (Entrevistada 8)

A falta de trabalho a luz que não tem aqui a água que tem que carregar lá de baixo todo dia e não é uma água limpa falta coisas aqui em casa e as vezes não posso comprar.(Entrevistada 9)

A vida aqui mesmo as coisas são longe o caminho aqui quando chove fica ruim e no verão também a gente sofre aqui sem água, a luz que é puxada de fora a gente não tem luz da nossa casa não vem ate aqui porque do poste que não colocou. Trabalho que dia tem outro não tem meu marido trabalha

fazendo dia para os outros na roça aqui quando tem trabalho.
(Entrevistada10)

Perguntados se recebem algum tipo de assistência da (comunidade, prefeitura, outras) responderam:

Sim, das pessoa que sempre que podem nos ajudam com cestas básica, roupas,ou outra coisa como o fogão cama, já ganhei geladeira, colchão toalhas e outras coisa, agente de saúde daqui também nos ajuda com cestas básicas, exames, as pessoas ajuda umas amigas me ajudam...(Entrevistada1)

Sim, cestas básicas que são doadas pelas pessoas, pela Igreja,roupas,brinquedos para as crianças,cama , o pessoal que ajudam da prefeitura nada.(Entrevistada 2)

Sim as pessoas nos ajudam, com alimentos roupas, tem um amigo que sempre vem aqui e ajuda também a gente vivi dessas ajuda e do pouco que conseguimos. (Entrevistado 11)

A gente recebe ajuda de amigos mesmo, das Agente de saúde que faz cestas básicas pedem lá onde elas mora junta e nos trás aqui e roupas nos ajudam sempre vê nossa situação ruim ai nos ajuda mesmo parentes também ajudam não temos ajuda de prefeitura sabe o que a gente vive aqui mas só vem aqui na política depois promete que vai ajudar depois some .(Entrevistada 3)

Sim de amigos pessoas conhecidas, de Coqueiros da Igreja e de pessoas que vem aqui e vê nossa situação sempre nos ajuda com cesta básica roupas . (entrevistada 10)

Como podemos perceber, nas falas acima citadas, os entrevistados afirmam receber ajuda de pessoas, amigos, de grupos da Igreja, tanto em cestas básicas, vestuário, móveis e eletrodomésticos entre outros. Essas ajudas fazem lembrar as primeiras ações assistenciais, onde a caridade, o assistencialismo, a solidariedade eram frequentes com a diferença que aqui é a população que ajuda, ao ver ou saber da situação de carência que vivem aquelas famílias .Os entrevistados quando relatam sobre a ajuda se mostram muito agradecidos a quem os ajudam.

Percebe-se que a realidade das famílias do povoado do Sinunga não é fácil, são famílias extremamente vulneráveis, a elas falta o básico para sobreviver, boa alimentação, moradia, o saneamento, a água, energia elétrica própria, maior alcance de programas e projetos sociais, entre outros, contribui para que problemas aconteçam, seja de saúde em consequência das más condições que vivem, a educação pela dificuldade que passam para acessar esse direito, a falta de trabalho para garantirem o sustento de suas famílias. Infelizmente, olhar para a realidade daquelas famílias, que parecem viverem ainda hoje em

tempos bem arcaicos, é visualizar retrocessos e contradições, sobretudo, por tudo que já foi conquistado em relação a direitos sociais.

5 . CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo do tema deste trabalho, foi relevante explanar logo no início sobre os diversos conceitos de família e como essa foi se modificando e se adaptando ao longo do tempo.

Para desenvolver o trabalho considerei importante contextualizar o serviço social e o trabalho com famílias, os primeiros contatos do serviço social com famílias, rememorando fatos e momentos importantes e as primeiras instituições que marcaram a história do serviço social e que tiveram fundamental importância em sua organização e implantação.

Ao abordar um pouco da trajetória da política de assistência social no Brasil, inclui a evolução da proteção social no Brasil, que começou com caráter educativo, disciplinador voltada a seguimentos específicos. Logo depois foi citado o Decreto conhecido como Estatuto da família, que concedia muitos benefícios as famílias numerosa, porém só protegia a família legitimada pelo casamento, deixando de lado as uniões que estavam fora deste padrão .

Inclui a evolução que ocorreu com as diversas constituições observando a ausência de políticas que priorizassem a família até a década de 1980.

Só após a promulgação da Constituição Federal de 1988, houve uma ampliação dos direitos sociais e enfim a família foi colocada no centro das políticas sociais e a assistência social passa para a ser considerada como política pública.

Com a Constituição Federal a família foi reconhecida em suas diversas formas dissolvendo as perspectivas discriminatórias que perdurou por muito tempo, trazendo igualdade de direitos entre os cônjuges.

Com a regulamentação da LOAS, a política social ganha uma nova visão, pois a insere ao sistema de bem estar social e que junto com a saúde e a previdência forma-se o tripé da seguridade social. Foi importante indicar o principal benefício regulamentado a partir da LOAS, o BPC que passou a amparar os deficientes e idosos.

A Política Nacional de Assistência Social materializou o conteúdo da assistência social como pilar do sistema de proteção social brasileiro no âmbito da seguridade social. Com a oferta da proteção social básica e da proteção social especial, ofertados pelo CRAS e CREAS respectivamente, atendendo vários segmentos, entre eles a família.

Assim, abordar o eixo matricialidade sociofamiliar, fez-se necessário recorrer ao que se diz sobre família, na declaração dos direitos humanos, na própria Constituição Federal de 1988, no ECA, entre outros, que ratificam a proteção que a família deve ter da sociedade e do Estado. Porém com objetivo de abordar o tema principal foi importante salientar os avanços e contradições presentes na Matricialidade sócio familiar.

Os avanços são percebidos na Matricialidade sócio-familiar em que se dá prioridade a atenção às famílias e seus membros a partir do território de vivência, priorizando aquelas mais vulneráveis, uma estratégia efetiva contra atendimentos fragmentados, descontínuos, e setorizados buscando observar a família em sua totalidade e como unidade que se possa intervir com medidas de prevenção de proteção para o fortalecimento dos laços familiares não só apenas quando estes já estiverem sido rompidos, quando as ações se dão em caráter emergencial, mas agindo antes de tais problemas se concretizarem.

Mesmo reconhecendo os avanços obtidos com a matricialidade sóciofamiliar em torno das políticas percebe-se também que existem retrocessos que permeiam tais políticas, como afirma Fontes (2011): “a centralidade da família no âmbito do SUAS deve ser abordada e sistematizada com o maior cuidado, pra que esta não seja enfatizada de forma regressiva gerando uma responsabilização e pressão sobretudo em relação as famílias pobres”. (FONTES, 2011, p.39).

Para Marques (2014):

É preciso considerar que existem avanços na forma da condução da política de assistência, com a adoção do princípio da matricialidade sociofamiliar pela ruptura de um modelo de assistência voltado para os segmentos e da fragmentação no atendimento social. No entanto, estes avanços não representam a garantia de uma política social coerente, pois também se apresentam possibilidades de retrocessos e conservadorismos, quando não se rompe com a constante responsabilização das famílias.

Deste modo, a política social se caracteriza em um mecanismo contraditório, pois ao mesmo tempo em que apresenta uma perspectiva de autonomia dos sujeitos para a conquista de direitos, também serve ao Estado, como forma de amenizar a atual situação em que vivem os usuários dos serviços socioassistenciais, além de, controlar e colocar em situação constrangedora os usuários das políticas mascarando as contradições próprias da sociedade em que se insere.

A pesquisa de campo confirmou tais contradições que permeiam a assistência social, quando expôs a realidade que vivem as famílias do Povoado do Sinunga, na zona rural do Distrito de Coqueiros. Com o resultado das entrevistas foram feitas comparações com o que

foi exposto no decorrer do trabalho e mostrou que foi de suma importância realizar a pesquisa com aquelas famílias que mostrou o retrato fiel das contradições aqui ressaltadas e que pude observar na prática.

O desemprego ou o trabalho informal, a falta de oportunidades de trabalho acompanha cotidianamente a realidade daquelas famílias. Com isso a situação econômica em que se encontram retrata famílias vulnerabilizadas e com isso muitas vezes impossibilitadas de cumprir o papel de protetora que lhes são atribuídos.

Vale destacar que neste estudo, os perfis sócios econômico das famílias pesquisadas bem como o alcance das políticas sociais foram analisados para um maior entendimento sobre as contradições presentes na vida dessas famílias visto e que a falta de informação contribui para o reduzido alcance dos direitos sociais, percebido nas próprias falas dos entrevistados, onde por vezes não reconhecem seus direitos assegurados por leis, mas agem como mercedores ou não da ajuda do favor, da caridade, da solidariedade, igualando a assistência social ao assistencialismo não abraçando-a como uma conquista de direito.

Assim, o papel central que a família ganha na política de assistência social, apresenta pontos positivos, principalmente quando articula ações e políticas que fortalecem a vida familiar e comunitária. Em contrapartida, há contradições que levam a retrocessos nas políticas sociais voltadas a família, principalmente no que apresenta a própria PNAS e SUAS quando direta ou indiretamente impõe que a família cumpra sua função de proteção social com os seus membros, mesmo que muitas dessas famílias encontrem-se em situação de vulnerabilidade social e que necessitam ser protegidas e amparadas.

É necessário que haja a oferta de serviços continuados de acesso igualitário e universal que atendam as demandas que a família requer, sejam eles voltados para os membros da família, sejam jovens, homens e mulheres, que dêem autonomia para essas pessoas e assim venha a fortalecer o convívio familiar e que seja de grande abrangência sem excluir famílias que vivem isoladas e sem perspectivas de melhorias.

Para assegurar a devida proteção da qual necessitam as famílias é imprescindível um Estado protetor, administrador que promova um debate amplo e democrático sobre os temas e políticas que envolvam a família considerando-a em todos os seus aspectos.

Diante do exposto, entendemos que são enormes os desafios para se colocar de fato a família no centro das políticas de proteção social. Para tanto, consideramos necessária a articulação do Estado, dos profissionais e da própria política social nesse debate.

Contudo, é preciso um olhar mais amplo para a família como portadoras de direitos, direitos esses conquistados por leis, onde ela tenha de fato, papel principal dentro da política de assistência social e não papel coadjuvante de tais políticas.

Enfim, da suporte às famílias é fortalece-las nesse cenário de vulnerabilidade que as fragilizam. As famílias não precisam de mais responsabilidades, mais dependência, mais obrigações que as sobrecarregam e as tornam incapazes de desempenhar os papéis que lhes são atribuídos; as famílias precisam de mais recursos e ofertas de serviços públicos voltados especialmente a elas que as fortaleçam lhes dando sustentabilidade e suprindo suas carências, suas deficiências econômicas e sociais que em virtude da falta ou pouca abrangência desses serviços elas vem demonstrando dificuldades para desempenhar .

REFERENCIAS

ADPF 132 e ADI 4.277, voto do Ministro Luiz Fux, disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADI4277LF>. P. 13-14.

ANDRADE, Fabrício Fontes de. **A institucionalidade da assistência social na proteção social brasileira**. Serviço Social. Rev., Londrina, V. 13, N. 2, p. 19-44, Jan./Jun, 2011.

ANDRADE, Fabrício Fontes de. **Serviço Social, trabalho e direitos**/organizado por Francisco Henrique da Costa Rosendo. Cruz das Almas/BA: UFRB, 2014.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93** de regulamentação da profissão. - 9. ed. rev. e atual. - Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2011,p.23.

BRASIL, CapacitaSuas volume 1 (2008). **SUAS: Configurando os eixos de mudança**/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 1 ed. Brasília: MDS, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, Distrito Federal.2015, P.60

BRASIL, **Loas anotada** – Lei Orgânica de Assistência Social/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília: MDS, 2009.

BRASIL,**Orientações técnicas**:centro de referencia de Assistência Social- CRAS/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.Brasília :MDS,2009.P.31.

BRASIL, NOB/SUAS – Normal Operacional Básico do Sistema Único da Assistência Social/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012.

BRASIL, **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília :MDS,2009.

CASTRO, Flávio José Rodrigues de. **CRAS: a melhoria da estrutura física para o aprimoramento dos serviços** – Orientação para gestores e projetistas municipais. Brasília, DF: MDS, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009.

CAUSOS DO ECA: Muitas histórias, um só enredo. O Estatuto da Criança e do Adolescente no Cotidiano. São Paulo: Fundação Telefônica, 2010.

COUTO, B.R.; YASBEK, M. C.; SILVA, O. S.; RAICHELIS (Orgs). **O Sistema único de assistência social no Brasil: uma realidade em movimento**. 3ª ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2012.

ENGELS, Friedrich,. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** 9ª ed. Civilização Brasileira.

FERREIRA, Maria Inês Caetano. **O sistema de proteção social no Brasil e o Programa Bolsa Família.** In: ANDREWS, C. W; BARIANI, E. (Org.). São Paulo: Editora Unifesp, 2010. P. 183-208.

HOUAISS, Antônio. **Minidicionário da língua portuguesa.** 2004, p.332.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO Raul de. **Relações Sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico- metodológica.** 35.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IBGE, **Cidades@.** Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=292060&search=bahia|maragogipe|infograficos:-historico> Acesso em: 19/01/2018.

JACCOUD, Luciana. **Proteção Social no Brasil: debates e desafios.** In: Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. Brasília: MDS, Unesco, 2009.

Maragogipe. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Maragogipe>> Acesso em: 04/01/2018.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados.** 6.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MOTA, Ana Elizabete. **O Mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade.** – 4ª Ed. – São Paulo: Cortez, 2010.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Trabalho com famílias: um desafio para os Assistentes Sociais.** Revista Virtual Textos e Contextos, nº 3, dez. 2004.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Considerações sobre o trabalho social com famílias: proposta para discussão.** Secretaria Nacional de Assistência Social/MDS, Brasília, nov. 2014. p.9-14.

PAIM, Jairnilson Silva. **O que é o SUS,** Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2009.

PNAS- **Política Nacional de Assistência Social.** São Paulo: Cortez, 2004.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. **Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem estar.** Política Social, Família e Juventude: uma questão de direitos. 6. Ed. São Paulo: ed. Cortez 2010.

PRODANOV, Cleber Cristiano; Freitas Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico** : métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico / . – 2. ed. – Novo Hamburgo:Feevale,2013.Acesso em:20/01/2018.

SANTOS, Armindo dos. **Antropologia do parentesco e da família**: coleção Epistemologia e Sociedade/241 Instituto Piaget,2006.

SIMÕES, Carlos. **Curso de direito do Serviço Social**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2014.

SOARES, Ricardo Pereira. **A concepção de família da política de assistência social-Desafios à atenção às famílias homoparentais**. 2012. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós- Graduação em política social da Universidade de Brasília. Brasília, 2012 p.31-33

SOUSA,zevaldo Luiz Rodrigues de,Pequeno histórico do Distrito de Coqueiros do Paraguaçu, em Maragogipe,2011,Disponível em: http://blogdozevaldosousa.br4s11.com/2011/07/pequeno-historico-do-distrito-de_30.html Acesso em 30/01/2018.

TEIXEIRA, Solange Maria. **Família na política de assistência social**: avanços e retrocessos com a matricialidade sociofamiliar. Rev. Políticas Públicas. São Luís, v. 13, n. 2, p. 255-264 Jul./dez. 2009.

TEIXEIRA, Solange Maria. **A família na trajetória do sistema de proteção social brasileiro**: do enfoque difuso à centralidade na política de assistência social, 2010. Disponível em: <<http://www.revista2.uepg.br/index.php/emancipacao>> . acesso em 28/10/2017.

União estável entre três pessoas é oficializada em cartório de Tupã, SP. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/bauru-marilia/noticia/2012/08/uniao-estavel-entre-tres-pessoas-e-oficializada-em-cartorio-de-tupa-sp.html>>. Atualizado em 23/08/2012 18h39. Acesso em 21/01/2018.

YAZBEK, Maria Carmelita. **O significado sócio-histórico da profissão**, disponível em http://www.prof.joaodantas.nom.br/materialdidatico/material/1_-_O_significado_socio_historico_da_profissao.pdf, São Paulo, n. 120, p. 677-693, acesso em 1 de nov. 2017).

ANEXO

ANEXO 1. Questionário de Entrevistas



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA - UFRB
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS – CAHL
COLEGIADO DE SERVIÇO SOCIAL
CACHOEIRA -BAHIA**

Prezados,

O presente questionário foi desenvolvido e será aplicado pela discente Thais Santana, estudante do 8º semestre do curso de Serviço social da UFRB.

A finalidade deste questionário é abordar questões sócio econômicas de famílias carentes do povoado do Sinunga – localizado na zona rural do Distrito de Coqueiros Maragojipe, visando obter dados e identificar as principais dificuldades e fragilidades que essas famílias enfrentam, bem como identificar o acesso ou não a assistência de que necessitam, seja em relação a saúde, educação, assistência social , para assim concluir as possíveis contradições que podem ocorrer na atenção a essas famílias.

Desta forma, solicitamos a sua colaboração respondendo a este questionário, deixando claro que a sua participação é voluntária e garantindo o sigilo das informações.

Muito obrigada!

Cachoeira, Bahia, agosto de 2017.

Questionário

Questão 1:Qual sua idade?()

Questão 2:qual seu sexo ()masculino () feminino

Questão 3:Quantos membros da sua família moram com você?

() 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () mais de 5 Quem são?

Questão4: Qual seu estado civil?() solteiro(a) () casado(a) () união estável () viúvo(a)

() divorciado(a)

Questão5: Até quando você estudou?

() alfabetização () ensino fundamental completo () ensino fundamental incompleto

() ensino médio completo () ensino médio incompleto () não estudei

Questão 6:Quanto ao parentesco sua família é formada totalmente por() laços sanguíneos () afinidade (adoção) () ambos

Questão7:Existe em seu grupo familiar membro portador de doença física ou mental que necessite de acompanhamento terapêutico sistemático? () não () sim qual necessidade especial? _____

Questão 8 :Você trabalha atualmente?

Sim () Onde? _____

Não ()

Questão 9:Somando você e todas as pessoas da sua família que possuem alguma renda, qual a renda mensal da sua família?

() menor que 1 salário mínimo () 1 salário mínimo () 2 salários mínimo () maior que 2 salários

Questão10: Você ou algum membro de sua família são beneficiários de Programas Sociais, tais como Bolsa Família, BPC, etc?

() Sim () Não

Questão 11: Sua família reside em imóvel:

() Alugado. Valor do aluguel R\$ _____ () Próprio. Já quitado

() Próprio. Por herança () Financiado. Valor da prestação? R\$ _____

() Emprestado ou cedido. Por quem _____

() Outra situação. Qual _____

Questão 12: quais características que melhor descrevem a sua casa?

() residência de alvenaria (bloco, tijolos,)

() Residência sem acabamento (sem reboco, pintura, piso, banheiros inacabados, etc.)

() casa de taipa revestida

Possui: () Rede de Esgoto () Fossa () Banheiro () Chuveiro () Água () Luz
Cobertura: () Laje () Telha () Outros.

Piso: () Cimento () Taco () Cerâmica () Outros. Número de Cômodos: ()

Questão 13: sua casa possui energia elétrica?()sim ()não

Questão 14: como é a forma de abastecimento de água em sua casa?

()água canalizada()água de cisternas ou poços ()água de rios ou represas

()abastecimento em carros pipas () outros

Questão 15:Como é feita o tratamento da água para consumo em sua casa?

()filtrada ()fervida () tratamento com produtos específicos

Questão 16: quantas refeições você e sua família fazem ao dia?

() uma ()duas () três () mais de três.

Questao17: qual o destino do lixo em sua casa?

()coleta seletiva ()queimado ()enterrado () jogado em terreno baldio()outros

Questão 18:sua casa possui: geladeira() TV()fogão() radio()

Questao 19: Algum membro de sua família necessita de atendimento especializado em saúde assistência social entre outros?

() sim quais?_____

() não

Questao20: você já procurou algum tipo de assistência social ?

() sim o que achou do atendimento? seu problemas foi resolvido? ()Não

Questão 21 : você e sua família tem acesso a educação?() sim () não

Questão 22:você e sua família tem acesso a serviços de saúde?

()sim o que acha do atendimento ? tem alguma dificuldade para ter acesso?

()não

Questão 23:qual a maior dificuldade que vocês enfrentam no seu dia a dia ?

Questão 24: você e sua família recebem algum tipo de assistência da (comunidade, prefeitura, outras ?
